

Economia em Debate

nº 279

(29/06/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Governo central tem rombo de R\$ 11 bi em maio

O Estado de S. Paulo - 29/06/2018

O aumento na arrecadação e o pagamento de dividendos por bancos estatais contribuíram para que as contas do governo central, que reúne Tesouro Nacional, INSS e Banco Central, fechassem em maio com o menor déficit para o mês desde 2015. O rombo de R\$ 11 bilhões foi menor que o esperado, mas o próprio governo alertou que os dados não refletem as condições estruturais das contas públicas.

O resultado ainda não traz impactos do bolsa caminhoneiro, o programa de subsídio ao diesel que prevê o desembolso de R\$ 9,5 bilhões em 2018 para compensar a Petrobrás pelo represamento nos reajustes do combustível, além de R\$ 4 bilhões em renúncias de receitas.

Outro motivo de cautela é que os ministérios desembolsaram até maio R\$ 12,8 bilhões abaixo do limite de pagamento já liberado. O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, explicou que a “sobra” de recursos se deve muitas vezes à velocidade de execução das ações, mais lenta que a liberação do dinheiro. O problema é que a verba fica parada no ministério e na maioria das vezes é carimbada por lei, ou seja, não pode ser redirecionada a outra área que esteja precisando.

Apesar das ressalvas, o Tesouro destacou que houve pagamento de dividendos de R\$ 2,8 bilhões pela Caixa e de R\$ 1,5 bilhão pelo BNDES, o que reforçou o caixa do governo. Ainda houve incremento na arrecadação e economia de despesas com precatórios (pagamentos devidos pela União após sentença definitiva na Justiça), antecipadas para março e abril.

O Tesouro e o Banco Central conseguiram poupar R\$ 59,8 bilhões de janeiro a maio. Mas essa economia vai pelo ralo quando se juntam os dados do INSS, que teve déficit de R\$ 76,3 bilhões no período.

8,2 milhões vivem sob risco no País

O Estado de S. Paulo - 29/06/2018

Segundo dados do IBGE, Salvador tem 1,2 milhão de pessoas vivendo em áreas de risco, seguida por São Paulo, com 674 mil nessa situação.

Nas fortes chuvas do fim de março, a família da faxineira Carla Renata Lopes do Nascimento, de 30 anos, nem teve tempo de pensar. Ao ver a água subindo debaixo da casa e o chão cedendo na cozinha, ela pegou os filhos e correu. A pontezinha sobre o córrego ao lado do barraco já sumia, e a família conseguiu escapar por um buraco aberto na parede de um vizinho. Moradora da favela do Camarazal, no Rio Pequeno, na zona oeste de São Paulo, Carla Renata é um dos cerca de 674 mil moradores da capital que vivem em áreas de risco, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O estudo coloca São Paulo como o segundo município com mais habitantes vivendo em regiões em que são frequentes deslizamentos de terra, inundações e enxurradas, atrás apenas de Salvador (mais informações nesta pág.). Procurada, a Prefeitura informou que há na cidade 407 áreas de risco, segundo levantamento do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de 2010, e que trabalha para atualizar o número de pessoas que moram nesses locais. No País, um total de 8,2 milhões de brasileiros vivem em áreas consideradas de risco para desastres naturais. Os números integram pesquisa inédita do IBGE divulgada ontem em parceria com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

Para fazer o levantamento, os dois órgãos cruzaram informações demográficas do último Censo disponível, de 2010, com dados do Cemaden referentes aos 872 municípios com histórico de desastres. O objetivo é prevenir ou mitigar tragédias naturais, identificando e detalhando as regiões de maior risco e suas vulnerabilidades.

A Região Sudeste, que teve 308 municípios analisados, apresentou o maior contingente populacional residindo em áreas de risco: um total de 4,2 milhões de moradores, praticamente a metade do número de pessoas em risco em todo o País.

O fato de as capitais e as áreas mais ricas do Brasil estarem listadas como regiões de maior risco de desastres naturais não é contraditório, de acordo com Cláudio Stenner, da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais do IBGE. “Isso tem a ver, em primeiro lugar, com o próprio padrão de ocupação do País, pela costa. Salvador, por exemplo, é a cidade mais antiga do Brasil.” Já São Paulo e Minas têm muitas construções em encostas, mais sujeitas a deslizamentos, e em vales, onde é maior o risco de cheia.

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), Paula Freire Santoro destaca a importância de diversificar as políticas de habitação para atacar melhor o problema da falta de moradia, que leva as pessoas a ocuparem áreas de risco. “A situação pode ser contornada como aproveitamento de edifícios habitacionais em área central, urbanização de favelas e regulação do preço do aluguel – se reduzir o preço, menos unidades precisarão ser construídas.”

A professora explica que é preciso analisar os diferentes graus de risco a que essas pessoas estão expostas para encaminhar as soluções. “Há riscos mitigáveis, que dá para consertar sem retirá-las. Em outros casos, há risco imediato à vida ou o custo para uma obra seria inviável.”

Se nada for feito, o problema tende a piorar no futuro, sobretudo na Região Sudeste, por causa do aquecimento global. O alerta é do economista e ecologista Sérgio Besserman Vianna. “No Sudeste, vai chover mais e mais forte e o nível do mar vai subir”, diz.

Dados do emprego são menos ruins do que parecem **O Estado de S. Paulo - 29/06/2018**

Em maio, foram abertas no País 33,7 mil vagas com carteira assinada, número que chega a 381,2 mil nos primeiros cinco meses de 2018. Foi o quinto mês consecutivo de recuperação, mas a quantidade de novos postos registrada no mês passado foi a menor do ano. É possível olhar os dados pela ótica negativa, mas os números podem ser menos ruins do que parecem.

Um conhecido especialista em mercado de trabalho, o economista José Márcio Camargo, professor da PUCRio, considerou positivo o resultado de maio divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O argumento central de Camargo é de que, apesar de a indústria e o comércio terem sido imediatamente atingidos pela greve dos caminhoneiros, nos últimos dez dias de maio, ainda houve crescimento do emprego em geral.

De fato, a indústria de transformação cortou 6.464 postos e o comércio suprimiu 11.919 vagas. Mas a agropecuária contratou 29.302 pessoas com carteira, o setor de serviços empregou mais 18.577 trabalhadores e a construção civil registrou um saldo líquido positivo de 3.181 vagas. Mesmo que o impacto da greve persista em junho, é prudente esperar os resultados do segundo semestre para tirar conclusões sobre o emprego formal.

O maior empregador é o setor de serviços, que registrou nos últimos 12 meses aumento de 1,39% no nível de emprego formal, o que corresponde à abertura de 233 mil vagas. Após longo período de declínio do segmento de serviços, qualquer reativação econômica tenderá a estimular as contratações.

A construção civil também é grande empregadora e está em recuperação, o que deverá permitir mais contratações no segundo semestre. E é promissora a perspectiva de contratações pelas empresas do agronegócio, pois a produção cresce.

Já começam a surgir efeitos das novas leis trabalhistas. Em maio, o trabalho intermitente gerou a abertura de 4.385 vagas, enquanto 1.165 pessoas eram desligadas, com saldo positivo de 3.220 vagas. No trabalho em regime de tempo parcial também houve mais admissões do que demissões.

Comparando os primeiros cinco meses de 2017 e de 2018, a evolução do emprego foi mais acentuada no Sudeste, salvo no Rio; no Sul, com destaque para Santa Catarina; e no Centro-Oeste. Em pior situação estão Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, no Nordeste.

Alimentos podem ter alta de 12%, diz CNA **O Estado de S. Paulo - 29/06/2018**

Por causa da tabela do frete, o preço dos alimentos pode subir 12,1%, segundo estudo da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que prevê

impactos além da cesta básica. Se o custo for totalmente repassado à cadeia produtiva, a inflação poderá ficar entre 5% ou 6%, ameaçando atingir o valor máximo da meta fixada para este ano.

Esses dados foram apresentados ontem na audiência de conciliação promovida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux entre caminhoneiros e empresas na busca de um acordo em torno da tabela do frete. Fux relata uma ação direta de inconstitucionalidade da Medida Provisória 832, que criou uma política de preços mínimos para o frete.

O cálculo da CNA diz respeito a alimentos como arroz, carnes, feijão, leite, ovos, tubérculos, frutas e legumes, que respondem por 90,4% da cesta básica. A conclusão é que, com o encarecimento desses itens, a cesta básica passará a consumir 50% de um salário mínimo a partir de julho, ante 46,2% até maio.

“O tabelamento fará com que as famílias brasileiras percam seu poder de compra”, afirma a entidade. “Isso porque em 2018 o governo federal elevou o salário mínimo para R\$ 954, um acréscimo de R\$ 7, enquanto o tabelamento do frete deverá aumentar o custo da cesta de alimentos em R\$ 53,40, valor três vezes maior.”

Nos 12 meses terminados em abril, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado estava em 2,76%, influenciado pelo preço dos alimentos em domicílio, que apresentavam recuo. “Após a greve e o tabelamento de fretes, houve completa reversão nesse quadro de estabilidade inflacionária, com esse índice projetado em 4,42% para o mês de junho.”

Nos 12 meses encerrados em abril, os alimentos em domicílio haviam caído 4,42%. Para o período encerrado em junho, esses mesmos itens deverão apresentar alta de 0,53%, “uma incrível reversão em sua trajetória”, aponta o estudo. Em junho, a alta dos alimentos deve atingir 3,43%.

A CNA nota que a paralisação dos caminhoneiros fez o mercado financeiro rever suas projeções para a inflação em 2018. De 3,49% antes do movimento, as projeções já estão em 4%. A pedido da CNA, a consultoria LCA calculou o impacto do frete mais caro caso ele seja integralmente repassado a toda a cadeia de produção do País. Nesse caso, a inflação poderá terminar o ano entre 5% e 6%.

Ipea corta de 3% para 1,7% previsão de crescimento O Estado de S. Paulo - 29/06/2018

Assim como o Banco Central, que reduziu sua expectativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,6% para 1,6% em 2018, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) também refez suas contas. O Ipea prevê um avanço de 1,7% no PIB brasileiro este ano, seguido de crescimento de 3,0% em 2019. Os dados foram revistos para baixo, após a deterioração do cenário externo e doméstico. Na divulgação anterior, realizada em março, a expectativa do Ipea para o PIB de 2018 era de uma expansão de 3,0%.

“Já diminuiríamos por conta da surpresa do primeiro trimestre, que veio mais lento do que a gente imaginava. As duas mudanças combinadas, tanto do cenário externo quanto interno, geraram uma revisão maior”, explicou José Ronaldo de Castro Souza Júnior, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea.

As estimativas para a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida dos investimentos no PIB), também foram reduzidas. A previsão em março era de que a FBCF registrasse elevação de 4,5% em 2018, mas a expectativa agora é que cresça 3,6%. Para 2019, a FBCF deve aumentar 4,2%.

“O segundo trimestre foi comprometido pela greve dos caminhoneiros. Só isso já tem potencial para reduzir a média do PIB este ano. Mas existem também efeitos indiretos, como o agravamento das incertezas internas, que pode levar a uma posição mais conservadora dos agentes econômicos, tanto investidores quanto consumidores”, disse Souza Júnior.

Segundo ele, a ampliação dos saques do PIS/Pasep, sancionada este mês pelo presidente Michel Temer, tem potencial para impulsionar a atividade no terceiro trimestre semelhante ao que aconteceu com a liberação, no ano passado, das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O governo calcula que R\$ 39 bilhões serão injetados na economia. A retirada era possível apenas em caso de aposentadoria ou para trabalhadores com mais de 60 anos, mas foi estendida a todos que trabalharam entre 1971 e 1988. “É algo que pode ajudar na retomada no terceiro trimestre”, avaliou o diretor do Ipea.

Municípios regridem 3 anos com a crise

O Estado de S. Paulo - 29/06/2018

Depois de oito altas consecutivas desde 2006, o índice de desenvolvimento dos municípios entrou numa trajetória declinante por causa da crise econômica. Medido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o indicador (IFDM) recuou três anos e está abaixo do nível observado em 2013. O desempenho negativo foi puxado pela vertente emprego e renda, que anulou os ganhos verificados nos dois outros itens analisados: educação e saúde.

Com o fechamento de quase 3 milhões de postos de trabalho entre 2015 e 2016, o IFDM Emprego e Renda está no menor patamar desde o início da série histórica, em 2006. A previsão dos pesquisadores da Firjan é que o País só consiga retomar o nível de 2013 em 2027. “Vale destacar que nossa projeção é feita sob uma base otimista de 2009 e 2012 (quando a geração de emprego estava aquecida), afirma o coordenador de Estudos Econômicos da Firjan, Jonathas Goulart Costa.

De 2006 para 2013, com a economia aquecida e alta geração de emprego, 103 municípios foram alçados à faixa de desenvolvimento alto ou moderado. Mas, com a crise econômica, a trajetória mudou e 936 municípios deixaram essas

duas faixas do índice e engrossaram o time de cidades com baixo ou desenvolvimento regular – 85% dos municípios estão nesses grupos.

Segundo Costa, 820 municípios brasileiros tiveram IFDM Emprego e Renda moderado e apenas 5, alto. São eles: São Bento do Norte (RN), Capanema, Telêmaco Borba (PR), Selvíria (MS) e Cristalina (GO). Para elaboração do índice, foram avaliados 5.471 municípios de um total de 5.570 em todo País. O indicador abrange cidades que abrigam 99,5% da população.

Menor avanço. Nas vertentes educação e saúde, que dependem de transferências federais, houve uma ligeira melhora. Ainda assim, o resultado não é animador. Nas duas áreas, 2016 foi o ano com o menor avanço anual desde 2006. “Além disso, os indicadores que compõem o índice continuam longe das metas definidas no Plano Nacional da Educação (PNE), do Ministério da Educação”, diz o estudo.

O índice também perpetua a enorme desigualdade que existe no Brasil. Enquanto São Paulo tem 99,4% dos municípios com alto desenvolvimento, sete Estados (Acre, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Maranhão e Sergipe) não têm nem sequer um município com alto desenvolvimento. No Norte, 27,6% das cidades estão na faixa de regular ou baixo.

Segundo Jonathas Goulart Costa, os indicadores que compõem o IFDM Educação estão longe de serem alcançados. A meta do PNE, de universalizar a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos, só deverá ser alcançado em 2035 (se as taxas de crescimento dos últimos três anos forem mantidas). O resultado, no entanto, já deveria ter sido atingido em 2016.

Saúde. No IFDM Saúde, as variáveis que compõem o indicador também estão bem abaixo das metas. O Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento recomendou, no mínimo, sete consultas durante a gestação. Mas o País tem quase um milhão de gestantes sem acesso ao pré-natal. Segundo a Firjan, isso corresponde a um terço dos partos realizados no Brasil. A expectativa é que a meta de 95% de atendimentos só será batida em 2029.

Outra variante abaixo das metas são os óbitos de menores de cinco anos por causas evitáveis, como diarreia. Em 2016, mais de 27 mil mortes poderiam ser evitadas. De acordo com o índice da Firjan, mantendo a queda média dos últimos três anos, o Brasil só alcançará a meta de 5,4 óbitos em 2039.

O Rio Grande do Sul é o Estado com melhor colocação no IFDM Saúde: 85% dos municípios tem alto desenvolvimento. Já Norte e Nordeste têm, respectivamente, 32,3% e 24,4% das cidades com desenvolvimento regular e baixo.

Ranking. No índice geral, incluindo as três vertentes (Emprego e Renda, Educação e Saúde), São Paulo têm cinco municípios no ranking dos dez maiores IFDMs. Louveira tem o melhor desenvolvimento do Brasil, seguida por Olímpia e Estrela do Norte. Itatiba ficou em 9ª posição e Itupeva, em 10ª. O pior

índice em São Paulo ficou com a cidade de Florida Paulista, de 14 mil habitantes. No País inteiro, o município com pior IFDM geral foi Ipixuna (AM).

BC reduz projeção do PIB deste ano para 1,6% **O Estado de S. Paulo - 29/06/2018**

Com a piora das condições financeiras no País e com a greve dos caminhoneiros, em maio, o Banco Central reduziu sua estimativa para o crescimento da economia em 2018. No Relatório Trimestral de Inflação (RTI), divulgado ontem, a instituição projetou alta de apenas 1,6% para o Produto Interno Bruto (PIB) este ano. A expectativa anterior, informada em março, era de avanço de 2,6%. É como se, no intervalo de três meses, R\$ 65 bilhões desaparecessem da projeção do PIB, conforme cálculo da Tendências Consultoria Integrada.

O corte de 1 ponto porcentual colocou a estimativa do BC mais próxima do crescimento de 1,55% previsto pelos economistas do mercado financeiro. O Ministério da Fazenda mantém a projeção de 2,5% – porcentual que parece cada vez mais improvável, em função dos números recentes de atividade.

O diretor de Política Econômica do BC, Carlos Viana de Carvalho, atribuiu a mudança na estimativa à frustração com a economia no início do ano. “O crescimento no primeiro trimestre ficou aquém do que se vislumbrava”, afirmou. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB do primeiro trimestre de 2018 cresceu 0,4% ante o quarto trimestre de 2017.

“Os dados do primeiro trimestre não foram tão bons, mas não foram tão ruins também”, avaliou o economista Silvio Campos Neto, da Tendências. “O PIB cresceu 0,4%, após ter crescido 0,2% no quarto trimestre de 2017. Houve aceleração.” Para ele, a piora das condições financeiras no País, com reflexos na alta do dólar, e a greve dos caminhoneiros tornaram inevitável o ajuste nas projeções.

O presidente do BC, Ilan Goldfajn, avaliou que “o impacto da greve é no curto prazo”. Segundo ele, a instituição vai acompanhar os efeitos nos próximos meses para avaliar os reais efeitos sobre a atividade e sobre a própria inflação. “Temos de ver como (os choques) vão repercutir na economia brasileira.”

Para Viana, é cedo para avaliar o impacto da paralisação na economia. “A ideia é que o efeito principal seja temporário, de baixa para a atividade e de alta para a inflação”, disse.

No RTI, o BC reforçou suas mensagens mais recentes a respeito da Selic (a taxa básica de juros), atualmente em 6,50% ao ano. “A sinalização é a mesma do comunicado e da ata do Copom (Comitê de Política Monetária)”, afirmou Goldfajn. “Não achamos que o momento é de indicação futura devido à incerteza na conjuntura.”

Na prática, devido às incertezas sobre o efeito do dólar na inflação e sobre a recuperação da economia, o BC preferiu deixar a porta aberta tanto para manter a Selic no atual patamar quanto para elevá-la, se necessário. A próxima decisão do Copom sobre a taxa será em agosto.

Governo espera economizar 46% em gastos com telefonia

O Estado de S. Paulo - 29/06/2018

O governo concluiu uma licitação unificada para a contratação de serviços de telefonia para 367 unidades da administração federal, que deverá reduzir quase à metade os gastos com o serviço. Consórcio formado por Telefônica (Vivo), Oi e Telemar arrematou um lote que inclui ligações entre telefones fixos e móveis em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Ceará, Paraíba e Pará. O contrato será de R\$ 48 milhões.

No restante dos Estados brasileiros, a Claro foi vencedora de outros seis lotes para fornecer telefonia móvel, e um para telefonia fixa, com contratos que somam cerca de R\$ 20 milhões. Com isso, o governo espera uma economia de R\$ 97,7 milhões no gasto total com telefonia, que somou R\$ 213 milhões em 2018.

Segundo o secretário executivo do Ministério do Planejamento, Gleisson Rubin, mais de 90% da administração federal participou da licitação, incluindo quase todos os ministérios e órgãos como Embrapa, IBGE e INSS. Os novos contratos valerão à medida que forem encerrados os que estão em vigor com cada órgão.

Além de unificar as concorrências, mudanças na forma de contratar serviços também contribuíram para que o governo cortasse gastos. No caso da licitação de telefonia, por exemplo, uma modificação importante foi deixar de contratar separadamente provedores de telefonia móvel e telefonia fixa, para contratar “combos”.

Nos seis Estados onde havia concorrência – mais de um provedor de telefonia fixa, por exemplo – foi feita licitação para contratar os dois serviços, mais serviços de dados, em um só pacote. “É como acontece com os cidadãos, as operadoras oferecem pacotes que saem mais baratos do que os serviços individuais”, completou o secretário. Com isso, a ligação de móvel para fixo em São Paulo, por exemplo, caiu de R\$ 0,60 para R\$ 0,13 por minuto. “Essa diferença de centavinhos por ligação é o que vai dar economia de quase R\$ 100 milhões por ano.”

Uber. A licitação unificada para a telefonia faz parte de uma série de ações que o governo vem tomando nos últimos anos para ganhar escala nas compras federais e baixar preços. Já foram centralizadas compras de passagens aéreas e material de escritório. Em outubro, o governo fará, pela segunda vez, uma

licitação para contratar serviços de transporte para os funcionários públicos – o chamado de TaxiGov.

Desta vez, porém, poderão participar da concorrência aplicativos de transporte de passageiros, como Uber e Cabify. Em 2016, quando ocorreu a primeira licitação, apenas táxis participaram porque esses aplicativos ainda não estavam regulamentados, o que foi feito em março deste ano com a sanção de lei aprovada no Congresso.

O serviço também será expandido para outras cidades além de Brasília, onde já funciona. Desde a criação do TaxiGov, o gasto anual com transporte de funcionários – que incluíram motorista e manutenção dos carros oficiais – caiu de cerca de R\$ 32 milhões para R\$ 7 milhões. Segundo Rubin, o governo teve de fazer um esforço para controlar os gastos de manutenção da máquina pública que estão sendo comprimidas com o crescimento dos gastos obrigatórios – como pagamento da folha de pessoal – e com a regra do teto, que limita o aumento das despesas públicas.

Pacote de subsídios ao diesel vai elevar previsão de déficit

Valor Econômico - 29/06/2018

O governo se prepara para aumentar a previsão de déficit primário para um nível próximo ao limite estabelecido para o ano, de R\$ 159 bilhões. O motivo é o aumento da despesa com o subsídio ao diesel, criado em meio à greve dos caminhoneiros. Apesar disso, o Tesouro diz não haver risco de descumprimento da meta.

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou que a projeção de déficit primário subirá dos atuais R\$ 152,8 bilhões por causa da medida. "O que se fez foi criar um subsídio a mais e isso nos leva aos R\$ 159 bilhões", afirmou.

Outros fatores também influirão nas contas para o ano, alguns pressionando ainda mais o rombo fiscal. O principal exemplo é a eventual redução no parâmetro para o Produto Interno Bruto (PIB), o que levaria a um recuo na projeção de receitas. Hoje, o governo considera que a economia cresça 2,5% no ano. Ontem, no entanto, o Banco Central divulgou que calcula um avanço de 1,6%.

Por outro lado, efeitos como um aumento na expectativa de inflação acabaria elevando a projeção da arrecadação, aliviando as pressões. A atualização dos parâmetros será feita em julho, em relatório bimestral.

Mansueto diz não haver risco de descumprimento da meta, porque haveria "instrumentos" para fazer o resultado ficar dentro do limite, como despesas ainda não alocadas. Além disso, segundo ele, o resultado primário em 12

meses está em patamar "confortável", com déficit em 12 meses equivalente a 1,4% do PIB (a meta é de até 2,2%).

O secretário se mostrou otimista também por causa da arrecadação em junho - mês em que as receitas poderiam ser impactadas pela greve dos caminhoneiros. "O fato concreto é que em maio a receita veio muito boa. E em junho, até dia 26, a receita não tinha nos decepcionado. Por enquanto a gente se sente muito tranquilo no cumprimento. Nosso balanço de risco no cumprimento da meta é muito baixo", disse Mansueto.

O tom é reforçado pelo fato de o governo ter registrado déficit primário de R\$ 11,024 bilhões em maio, o que representa uma melhora em relação ao mesmo mês de 2017 (quando as contas haviam ficado negativas em R\$ 29,387 bilhões). Tanto na série com valores correntes como na atualizada pela inflação, o resultado é o melhor para meses de maio desde 2015. Também é um resultado melhor que o esperado pelo mercado.

Até maio, o déficit é de R\$ 16,449 bilhões. O número foi impulsionado por uma receita líquida total de R\$ 511,294 bilhões, avanço real de 7,9%. Segundo o Tesouro, a melhora decorre da recuperação econômica, além de efeitos não recorrentes como o resgate do Fundo Soberano (R\$ 3,5 bilhões até agora), o Refis e a elevação do PIS/Cofins sobre combustíveis.

As despesas cresceram menos. Elas foram de R\$ 531,243 bilhões, crescimento real de 3,8%. Para Mansueto, os dados mostram que o "ajuste fiscal está sendo feito". Ele mencionou que os ministérios pagaram até maio R\$ 12,8 bilhões abaixo do montante liberado, um "empçoamento" que, segundo ele, pode ter vários motivos.

Mesmo assim, o secretário indicou que os números não são motivo para comemoração. "Claro que ninguém pode ficar feliz com um déficit tão grande para este ano", disse. Ele ressaltou que os rombos fiscais têm sido puxados pela Previdência e insistiu na necessidade da agenda de reformas.

Mansueto ainda disse que, com as medidas de equacionamento, a "regra de ouro" deve ser cumprida neste ano. Contribui para isso o pagamento de mais R\$ 30 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) autorizado ontem a título de devolução de empréstimos. Ao todo, são esperados R\$ 130 bilhões da instituição em 2018.

Receita maior indica 'rombo' bem menor que meta do ano

Valor Econômico - 29/06/2018

Em maio, a arrecadação da União foi muito forte. Depois de deduzidas as transferências constitucionais e legais para Estados e municípios, a receita líquida ficou R\$ 10 bilhões acima da obtida no mesmo mês de 2017, de acordo com dados divulgados ontem pelo Tesouro.

Essa foi a principal razão para o déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) ter ficado em R\$ 11 bilhões, bem abaixo do registrado em maio do ano passado (R\$ 29,4 bilhões) e da mediana das expectativas de mercado (R\$ 22 bilhões).

De janeiro a maio, a receita total da União cresceu 7,8%, em termos reais. "A arrecadação está crescendo muito acima da expansão da economia", observou o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida. Embora a arrecadação de tributos em junho ainda não tenha sido concluída (hoje é o último dia útil do mês), Mansueto disse que o desempenho até ontem estava bom.

Havia uma preocupação do mercado e dos próprios técnicos do governo de que a greve dos caminhoneiros, que provocou grandes transtornos para a população e a economia, afetasse também a arrecadação tributária, dificultando a obtenção da meta fiscal.

Houve também redução da despesa em maio, resultante, principalmente, da mudança do cronograma de pagamento de precatórios judiciais, que são dívidas que a Justiça manda o poder público pagar. Em 2017, os precatórios da União foram pagos em maio e junho. Neste ano, em março e abril.

A despesa de janeiro a maio não é comparável com o mesmo período de 2017, justamente pela mudança no cronograma de pagamento dos precatórios. Somente em junho será possível fazer a comparação entre os dois anos para que se possa ter uma ideia de como estão rodando os gastos.

Pelas contas do Tesouro, o déficit primário do governo central em 12 meses até maio é de R\$ 95,5 bilhões ou 1,43% do PIB, bem abaixo da meta fiscal para este ano, que é de déficit de R\$ 159 bilhões. Para fazer a conta do déficit em 12 meses, o Tesouro evitou a dupla contagem da despesa da União com o pagamento de precatórios judiciais. "A situação está muito confortável [para o cumprimento da meta]", disse Mansueto.

O desempenho da arrecadação e o controle das despesas que estão sendo feitos pelo governo indicam que o déficit primário deste ano poderá ficar bem abaixo da meta, repetindo o que ocorreu no ano passado.

O déficit primário do governo central em 2017 ficou em R\$ 124,4 bilhões (pelo critério "abaixo da linha", utilizado pelo Tesouro). Pelo critério "acima da linha", utilizado pelo BC, o déficit foi de R\$ 118,4 bilhões. A meta fiscal para o governo central em 2017 também era de um déficit de R\$ 159 bilhões.

Mansueto lembrou que todas as receitas obtidas com os leilões de petróleo já realizados, que superam R\$ 8 bilhões, só deverão ingressar nos cofres do Tesouro no segundo semestre. Ontem, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) publicou o pré-edital e as minutas de contratos da 5ª rodada de partilha de produção, prevista para ocorrer em 28 de setembro. Essas fontes de receita

reforçam a possibilidade de um resultado fiscal bem melhor do que a meta original.

Ilan defende decisão de o BC não dar sinais sobre rumo da Selic

Valor Econômico - 29/06/2018

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, defendeu ontem a decisão de o Comitê de Política Monetária (Copom) não dar sinalizações sobre os próximos passos em torno da taxa Selic. Segundo ele, "não é obrigatório" que a autoridade dê indicações sobre os seus movimentos futuros. Ilan disse que a comunicação do BC tem sido clara, tanto na ata como no relatório de inflação divulgado ontem, em dizer que o cenário básico para a inflação é "bem confortável" e que os choques que podem afetá-la, como a greve dos caminhoneiros no mês passado, podem ser temporários, embora outros riscos, como a questão externa, inspirem cuidados.

O chefe do BC explicou que a decisão de não dar indicações futuras neste momento está relacionada ao grau de incerteza mais elevado na economia. As afirmações foram feitas na entrevista após a divulgação, na manhã de ontem, do Relatório de Inflação, depois de ser questionado se, com essa postura, que colocaria no radar a possibilidade de uma alta dos juros mesmo com todas projeções de inflação na meta, o BC não estaria contribuindo para o clima de pessimismo na economia.

Ao comentar o relatório, Ilan disse que todos os membros do Copom concordaram em se abster de fornecer indicações sobre os próximos passos. "Não achamos que o momento é de indicação futura devido à incerteza na conjuntura. Temos choques e temos de avaliar como eles vão repercutir na economia, na inflação e se por acaso há impacto mais duradouro, impacto secundário."

Segundo o presidente, a evolução do cenário base prescreve a manutenção da Selic no nível atual, de 6,5% ao ano. E que os próximos passos continuarão dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e da inflação e suas expectativas. Ilan lembrou que o BC, normalmente, tem feito um esforço de sinalizar alguma parte dos próximos passos ou o próximo passo e que tem BCs que divulgam toda a trajetória de juros, apontando que o momento atual não deve ser visto como nova rotina. Ele disse que a decisão da semana passada, de manter a Selic em 6,5%, foi pautada na avaliação de que é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, de 2018 e, principalmente, 2019.

No relatório, o BC informou que inflação anual medida pelo IPCA deve fechar 2018 em 4,2%, chegar a 4,1% em 2019 e fechar 2020 no mesmo nível, considerando o cenário de juros e câmbio constantes em todo o horizonte de projeção. "O pico da projeção é alcançado no primeiro trimestre de 2019, quando a inflação atinge cerca de 4,8%, influenciada também pelo descarte da

taxa de inflação trimestral atipicamente baixa verificada no primeiro trimestre de 2018", diz o BC, que apontou que a piora em relação aos dados projetados no relatório de março foram afetadas pelo câmbio e pela greve dos caminhoneiros. Para 2018 a meta de inflação é de 4,5%, para 2019 recua a 4,25% e para 2020 cai a 4%.

A autoridade afirmou que o cenário externo tem se mostrado mais desafiador e volátil. "A evolução dos riscos, em grande parte associados à normalização dos juros em algumas economias avançadas, produziu ajustes nos mercados financeiros internacionais. Como resultado, houve redução do apetite ao risco em relação a economias emergentes."

O material do BC mostrou que os efeitos de variações cambiais na inflação operam mais rapidamente e são mais intensos no curto prazo do que os de alterações nas condições de atividade "De fato, a depreciação cambial recente tem impacto mais concentrado nas projeções de inflação de 2018, ao passo que alterações na trajetória da atividade econômica têm maior efeito sobre as projeções de 2019."

No caso de 2018, como as projeções situavam-se, no relatório de março, em níveis inferiores à meta, sua elevação gerou valores consistentes com a meta. "Para 2019 e 2020, destacam-se as expectativas de inflação ancoradas na meta, a diminuição dos efeitos da depreciação cambial ao longo do tempo e a trajetória de recuperação da atividade econômica. Nesse sentido, a política monetária estimulativa favorece o estreitamento da capacidade ociosa dos fatores de produção, contribuindo para a convergência da inflação para a meta."

Ilan reforçou que o documento não trouxe novas sinalizações para os movimentos futuros da taxa de juros. "É a mesma sinalização. Temos que avaliar, não acreditamos que momento é de indicação futura", disse, reforçando que o BC trabalha a ancoragem de expectativas como conceito de médio e longo prazos e não de curto prazo, quando a inflação pode oscilar mais.

Incertezas no cenário inflacionário favorável

Valor Econômico - 29/06/2018

As projeções do Banco Central divulgadas no Relatório de Inflação mostram um cenário inflacionário favorável no longo prazo, que é obscurecido no curto prazo pelas incertezas provocadas pela alta do dólar e pela greve dos caminhoneiros. A premissa básica que sustenta as projeções do BC é que, no curto prazo, a inflação será pressionada pelos efeitos diretos da depreciação cambial e da greve, mas que no longo prazo a desaceleração da atividade causada por esses mesmos fatores será predominante para disciplinar os índices de preços.

Nos cenários apresentados, há inclusive queda nas projeções de inflação para prazos mais longos, o que poderia levantar dúvidas se será mesmo necessário o BC começar a subir juros no começo de 2019, como preveem analistas.

A autoridade monetária reviu para cima as projeções de inflação até o primeiro trimestre de 2019, comparativamente aos dados apresentados na versão anterior do documento, de março. O pico da inflação acumulada em 12 meses ocorre exatamente no primeiro trimestre de 2019, quando chega a entre 4,7% e 4,8%, dependendo das premissas adotadas para câmbio e juros. Nesse ponto, a inflação terá superado o centro das metas.

Desse período em diante, em geral as projeções de inflação são muito parecidas com as apresentadas no relatório de inflação de março. Naquele documento, as projeções de inflação usavam taxa de câmbio no intervalo entre R\$ 3,30 e R\$ 3,40, e agora a taxa de câmbio usada está na faixa de R\$ 3,60 e R\$ 3,70. Isso significa que os impactos do câmbio se concentram no curto prazo e se dissipam em horizontes mais longos.

Um dos fatores que ajudam a baixar as projeções de inflação em prazos mais longos são os impactos do choque externo e da greve dos caminhoneiros no ritmo de recuperação da economia. O BC reduziu, de 2,6% para 1,6%, a sua projeção para a variação do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018.

Houve uma pequena queda na inflação projetada no cenário que pressupõe alta dos juros a partir do começo do ano que vem, chegando a 8% ao ano, como preveem os analistas econômicos. Nessas condições, e pressupondo a taxa de câmbio estável em R\$ 3,70, a inflação chegaria a 3,7% em 2020, abaixo dos 3,8% projetados na edição do relatório de março. Nos dois casos, está abaixo da meta do ano, de 4%.

Embora projeções para um horizonte tão longo sejam pouco confiáveis, nesse caso ela coloca algumas dúvidas se o aperto monetário poderia ocorrer um pouco mais tarde, em uma economia que opera com enorme capacidade ociosa e se recupera em ritmo mais lento devido a choque externo e greve dos caminhoneiros. Em resumo, as projeções de inflação são bem favoráveis, considerando o forte choque que atingiu a economia, e em tese sustentam um cenário com a manutenção dos juros nos atuais 6,5% ao ano por um bom tempo.

Em tempos normais, as projeções de inflação costumam ser um sinalizador importante da trajetória futura dos juros, mas nas condições atuais seria um erro tomá-las como um indicativo "dovish" (mais inclinado ao afrouxamento) do BC, de que o cenário de manutenção das taxas de fato vai se confirmar nas próximas reuniões.

O BC avisou no comunicado da reunião do Copom, na ata desse encontro e no próprio Relatório de Inflação que as fortes incertezas no curto prazo tornam mais difícil verificar se a inflação vai de fato se comportar da forma projetada no cenário básico de médio e de longo prazos.

Há dois tipos de incertezas no horizonte do BC. Uma delas é saber onde o dólar vai parar, diante da pressão nos mercados internacionais e incertezas sobre as eleições. Outra incerteza é se o repasse da alta do dólar e da greve para a inflação vai ocorrer da forma esperada pelo BC. Isso vai depender da capacidade do BC de manter as expectativas de inflação ancoradas.

Juros recuam com expectativa de Selic estável reforçada

Valor Econômico - 29/06/2018

A expectativa de que a taxa básica Selic pode não subir tão cedo - ou, pelo menos, não de uma forma intensa - foi reforçada ontem pelo Relatório Trimestral de Inflação (RTI), o que abriu caminho para firme queda dos juros na B3. O mercado futuro ainda aponta uma elevação de 1,3 ponto percentual da taxa básica até o fim de 2018. No entanto, o nível é bem menor que o aperto de 1,65 ponto que era projetado na véspera.

O alívio veio num dia mais favorável para ativos de risco no exterior. E a mensagem do Banco Central reiterou os argumentos da ata da última decisão de política monetária, que traçam um quadro benéfico para juros baixos do ponto de vista dos fundamentos econômicos.

Sob o cenário com taxas de juros e câmbio constantes, a projeção de inflação para este ano saiu de 3,7% para 4,2%, enquanto a de 2019 oscilou de 4,0% para 4,1%. Ambas as estimativas do RTI ainda ficaram abaixo das respectivas metas, de 4,50% e 4,25%.

O cenário traçado pela autoridade monetária, no entanto, considera um dólar a R\$ 3,70, abaixo do patamar atual. Ontem, a moeda fechou aos R\$ 3,8577, em queda de 0,43% ante a sessão anterior. O sinal do câmbio, por ora, não parece ser uma grande preocupação de economistas, mas se revela um ponto importante a ser monitorado.

Segundo a diretora da área de macroeconomia e política da Tendências Consultoria, Alessandra Ribeiro, o patamar atual do dólar ainda não compromete a análise do BC porque ainda está muito volátil. Para ela, é preciso que um cenário mais pressionado, na casa dos R\$ 3,90 por exemplo, se estabilize para alterar as projeções de inflação.

O relatório traz, além disso, uma sinalização mais "tranquila" para a dinâmica dos preços, segundo o trader de renda fixa na Quantitas, Matheus Gallina. Um dos fatores de destaque, segundo o especialista, é um estudo que mostra o efeito contido da variação cambial nos preços de serviços.

De qualquer maneira, o risco de novos solavancos no dólar não está descartado. Na avaliação do economista-chefe do ING para América Latina, Gustavo Rangel, a moeda brasileira continua vulnerável a novo choque

externo, apesar de dar sinais de acomodação. "Hoje, temos uma combinação de externo mais tranquilo e um aumento gradual da precificação do risco político/fiscal doméstico", diz. "Se o externo piorar, não vai ter nada ajudando o mercado, a não ser a intervenção do BC."

Nesta semana, não foram anunciadas novas ofertas líquidas de swap cambial, que tem efeito semelhante à venda de dólares no mercado futuro. Entre 8 de junho até o fim da semana passada, entretanto, foram vendidos US\$ 29,5 bilhões nesses derivativos, que têm efeito de venda de dólares no mercado futuro.

"O real ainda parece precisar de algum ajuste [de depreciação] dado as pesadas intervenções recentes", dizem especialistas da Icatu Vanguarda. A expectativa é de continuidade das intervenções, mas em montante inferior ao que vinha sendo feito ao longo do último mês. "A maneira de intervir deverá ser mais errática, com intuito apenas de prover liquidez e evitar a irracionalidade do mercado", acrescentam.

Em junho, o real se desvalorizou quase 3%, ficando com o décimo pior desempenho entre as principais divisas globais. A perda não é muito diferente de outros pares, como o peso chileno e o dólar da Austrália.

Ontem, o presidente do BC, Ilan Goldfajn, reforçou que não há problemas em ir consideravelmente além dos máximos históricos atingidos com operações de swaps cambial, que equivalem à venda de dólares no mercado futuro. O estoque total hoje é de US\$ 67 bilhões, bem abaixo do recorde de US\$ 115 bilhões de 2015. Ilan lembrou ainda que o BC poderia fazer leilões de linha e que isso foi feito nesta semana. "Continuamos acompanhando e continuaremos perto do mercado", disse.

Ativos emergentes têm trimestre negativo e recuperação ainda é dúvida

Valor Econômico - 29/06/2018

Um trimestre sombrio para os entusiastas dos mercados emergentes está chegando ao fim, mas ninguém sabe se as coisas vão melhorar adiante, especialmente no curto prazo. Ações, títulos e moedas de países emergentes amargaram o pior trimestre desde 2015 e o cenário atual não é trivial: há temores em relação a uma guerra comercial, os Estados Unidos continuam a apertar sua política monetária, há eleições na América Latina e houve piora nas projeções para o crescimento econômico global.

Os preços dos ativos parecem atraentes, mas, diante do conjunto de riscos, investidores receiam voltar a esses mercados. O consenso é que, no curto prazo, essa classe de ativos está à mercê das notícias sobre o comércio internacional. Recentemente, Goldman Sachs Group, Morgan Stanley e Citigroup alertaram para mais perdas nos emergentes por conta da guerra tarifária entre EUA e China. Mesmo as instituições mais otimistas, como UBS

Global Wealth Management, aguardam a disputa entre os governos na área comercial esfriar para então voltarem com tudo a esses mercados.

"Do ponto de vista dos preços dos ativos, há valores atraentes. Mas, taticamente, esperamos mais perdas nas próximas semanas", disse Alessio de Longis, gestor de carteiras da OppenheimerFunds em Nova York, cujo fundo Global Multi-Asset Income Fund teve desempenho melhor que 89% dos pares no último mês. Ele também destacou as preocupações em relação às eleições no México e no Brasil - com possibilidade de vitórias de candidatos que não agradam os mercados - e a típica aversão a risco durante as férias de verão no Hemisfério Norte, que podem pressionar as moedas dos emergentes nos próximos meses.

O que parecia um recuo moderado no início do ano evoluiu para um grande tombo no segundo trimestre. O índice acionário de referência da MSCI desabou 10% e as moedas do grupo se depreciaram quase 6%, registrando os piores resultados trimestrais desde setembro de 2015, quando os ativos das nações em desenvolvimento estavam em queda livre devido à derrocada dos preços das commodities e às negociações para o resgate financeiro da Grécia.

Bônus de países emergentes denominados em moeda local também sofreram porque o retorno que proporcionam aos investidores estrangeiros é automaticamente espremido pelo fortalecimento do dólar. Um índice do Barclays que acompanha o segmento caiu mais de 5,5% neste trimestre, eliminando totalmente o ganho de 3% apurado entre janeiro e março. A desvalorização cambial que prejudicou os títulos provocou respostas de diversos bancos centrais. A Argentina subiu a taxa básica de juros em 6,75 pontos percentuais, para 40%, para conter o colapso do peso.

A Turquia também elevou os juros, apesar da pressão contrária do presidente Recep Tayyip Erdogan. Índia, Indonésia e Filipinas apertaram a política monetária, enquanto o Banco Central do Brasil interrompeu antes do previsto o ciclo de flexibilização, além de ter passado a fazer intervenções pesadas no mercado de câmbio para segurar a baixa do real.

"Os bancos centrais nos emergentes estão reagindo de maneira ortodoxa", disse Timothy Ash, especialista em ativos soberanos de países emergentes da Bluebay Asset Management, em Londres. No entanto, "se as preocupações com uma guerra comercial atingirem o crescimento global e isso impactar as commodities, então os mercados emergentes podem entrar em uma fase pessimista de fato".

Analistas estão cortando as projeções de lucro das empresas pela primeira vez em seis trimestres. Embora o crescimento nas nações emergentes siga intacto, o temor é que as tarifas impostas por EUA e China diminuam a demanda global e prejudiquem economias mais dependentes das exportações.

Há investidores que têm enxergado oportunidades nos destroços. Para Greg Lesko, gestor de recursos da Deltec Asset Management, em Nova York, apesar

dos "muitos obstáculos" ao avanço dos mercados emergentes, a queda recente dos preços criou oportunidades de compra porque, no longo prazo, os fundamentos econômicos permanecem robustos. "Todos os mercados emergentes parecem baratos", disse ele. "Os desafios e riscos são principalmente políticos."

Programa investe em projetos de alta tecnologia

Valor Econômico - 29/06/2018

A ideia de desenvolver em apenas 12 meses um produto tecnológico de alto valor agregado capaz de estar alinhado a tendências mundiais e, ao mesmo tempo, atender a necessidades da indústria local parece inconcebível para a realidade brasileira. Mas é o que pretende o governo federal ao anunciar hoje a segunda etapa do programa TechD, em São Paulo.

Até agora, o programa já levantou R\$ 18 milhões em recursos não reembolsáveis para viabilizar os projetos associados a quatro grandes temas: internet das coisas (IoT, na sigla em inglês), saúde, energia e mobilidade. O novo edital fará um convite a grandes companhias instaladas no Brasil que buscam no exterior novas soluções tecnológicas - de software, hardware e serviços de tecnologia da informação (TI) - para ganharem produtividade e competitividade.

O TechD foi idealizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, mas é coordenado pela Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex). Na etapa inicial, a iniciativa atraiu 28 Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica (ICTs). A última fase, prevista para agosto, será a vez de convocar, por chamada pública, startups ou pesquisadores para proporem projetos que tragam soluções com forte potencial de serem validadas no mercado.

"Doze meses é um prazo médio para que um produto seja desenvolvido e validado no mercado internacional. A ideia é que ele já nasça global. Não vamos exigir que seja exportado, mas que encontre ao menos um cliente no exterior que aceite validar", disse o vice-presidente de operações da Softex, Diônes Lima. A expectativa é apoiar 30 projetos.

O diretor de ecossistemas digitais do ministério, Otavio Caixeta, disse que os projetos devem responder a tendências tecnológicas valorizadas no exterior, como a inteligência artificial. "A gente tem empresa com o voo muito curto por olhar apenas para o mercado nacional. Mas em TICs, por exemplo, o mercado é de escala e não tem nenhuma barreira de entrada para competir com produtos internacionais", afirmou.

O vice-presidente da Softex não considera que o prazo de lançamento e certificação no exterior seja inexecutável. "É possível cumprir porque o projeto não vai partir do zero. Vamos exigir um nível mínimo de maturidade", disse. Segundo ele, a contagem do tempo de execução deve começar na primeira semana de outubro, quando a Softex se encarregará de fazer

acompanhamento mensal e verificar se cada meta intermediária está sendo cumprida.

Lima informou que a Softex mantém contato com, pelo menos, 3,5 mil startups que estão atrás de oportunidades como a oferecida pelo TechD. As empresas-âncora selecionadas deverão se comprometer a aplicar recursos próprios e viabilizar o teste dos produtos.

Caixeta explicou que os quatro grandes temas do programa se desdobram em outras 150 áreas para aplicação prática das tecnologias. No campo da saúde, produtos de monitoramento cardíaco poderão ser devolvidos. Na agricultura, novas técnicas de gotejamento para irrigação poderão ser adotadas.

Para o governo, os editais do TechD poderão ser lançados a cada seis meses. A expectativa é que a atividade econômica ganhe produtividade e o país suba no ranking mundial de inovação. Em 2017, o Brasil ocupou a 99ª posição no Global Innovation Index.

Plano logístico vai incluir a renovação antecipada de concessões de ferrovias

Valor Econômico - 29/06/2018

A renovação antecipada das concessões ferroviárias é o destaque do Plano Nacional de Logística (PNL) que o governo pretende anunciar na próxima semana. A ideia é que o plano defina um conjunto de obras que terão prioridade no recebimento de recursos do Orçamento da União, de forma a inibir o uso eleitoreiro dos investimentos.

Técnicos que trabalham na elaboração do PNL usaram uma ferramenta para simular o comportamento das cargas em cada um dos cenários testados. Os resultados mostraram que a renovação dos contratos pode elevar para 31% a participação do transporte ferroviário na distribuição de cargas no país em 2025.

Hoje, cerca de 15% da carga é escoada por estradas de ferro. Sem as renovações, a fatia sobe para 21%, já que as simulações consideram a entrada em operação das ferrovias Norte-Sul e Oeste-Leste (Fiol). Essa última, com obras paradas há bastante tempo, deve ter o edital para retomada publicado ainda este ano.

Os novos estudos foram doados pelo governo da Bahia e os detalhes acertados com técnicos do Ministério dos Transportes. A versão final dos estudos foi entregue esta semana e o governo quer marcar a audiência pública.

Em troca de mais 30 anos de vigência em seus contratos, as operadoras prometem investir R\$ 25 bilhões na ampliação das malhas. O governo vê a opção como a mais vantajosa, visto que os investimentos seriam imediatos e resolveriam os principais gargalos verificados nas ferrovias.

Com essas obras, a economia anual nos custos de logística ficaria na casa das dezenas de bilhões de reais. O governo ainda não desistiu de renovar os principais contratos ainda este ano, mas enfrenta grandes dificuldades operacionais e burocráticas para assinar os novos contratos.

A Rumo, que controla a concessionária Malha Paulista, já elaborou mais de 70 projetos executivos de obras no interior de São Paulo para dar mais robustez ao pedido de renovação. Duas ferrovias operadas pela Vale (Vitória-Minas e a Estrada de Ferro Carajás) devem ter audiências públicas abertas em julho para a discussão das minutas de aditivos.

O PNL também prevê a inclusão de dezenas de rodovias no pacote de obras prioritárias. A resolução que oficializa a criação do plano será aprovada pelo conselho do Programa de Parceiras de Investimentos (PPI) - que é formado por vários ministérios - e ganhará força de lei por meio de um decreto presidencial.

"O decreto sinaliza que aquilo é prioritário e, como tal, mais protegido de ingerência política. A ideia é que seja uma política de Estado, e não mais de governo", disse uma fonte que participa da elaboração do PNL. "Mas é bom salientar que não há trava legal, ou seja, outras obras poderão ser incluídas."

Pelo que está previsto, se o governo quiser, em uma negociação com aliados políticos, acrescentar algum projeto na lista de prioridades, será necessário registro público dessa solicitação.

União exerce controle direto sobre 46 estatais

Valor Econômico - 29/06/2018

A União tem o controle direto de 46 empresas estatais, das quais 20 sociedades de economia mista e 26 empresas públicas, além do controle compartilhado da Itaipu Binacional. Contando as subsidiárias de Eletrobras, Petrobras, Banco do Brasil, BNDES, Caixa e Correios, são 103 controladas, segundo números do Tesouro Nacional.

A lista de ativos à venda, contudo, não vai muito além da Eletrobras, o que acaba de certa forma limitando, ao menos temporariamente para o governo federal, o escopo da liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski.

De acordo com dados do programa Avançar, do governo federal, estão à venda a Lotex (cujo leilão fracassou na segunda-feira), a Casa da Moeda, o Ceasa de Minas Gerais, a Companhia de Armazéns e Silos de Minas, e a Companhia Docas do Espírito Santo, que administra o Porto de Vitória. Também estão à venda as participações acionárias da Infraero em vários aeroportos concedidos. Grande parte dos cerca de 40 projetos listados no Avançar são concessões e arrendamentos, modelos que estão fora da decisão do ministro.

No âmbito estadual, em São Paulo o governo tem autorização da Assembleia Legislativa para vender a Cesp, segundo comunicado da companhia, divulgado ontem. No Rio Grande do Sul, a venda do Bannrisul não deve ser afetada, já que a proposta é vender 49% do banco.

A venda da Cedae, companhia de abastecimento do Rio de Janeiro, também não deve ser prejudicada, já que obteve autorização da Assembleia Legislativa, dentro do plano de recuperação acordado com o governo federal.

Na opinião do advogado Fernando Vernalha, sócio do VG&P Advogados, especialista no tema, a decisão do ministro do STF não tem fundamento constitucional,

"O ministro interpretou o artigo da Constituição que prevê autorização do Legislativo para criar estatais e subsidiárias. Se é necessária autorização para criar, seria também para vender o controle. Mas essa interpretação é equivocada", afirmou Vernalha.

Segundo o advogado, o equívoco de dá por duas razões. A primeira é que a Constituição deveria dizer expressamente ser necessária a autorização legislativa para a venda do controle de estatais. A segunda razão é que, ao não colocar obstáculos à venda de estatais, o que a Constituição preconiza é contribuir para diminuir a intervenção do Estado nas atividades econômicas.

Analistas esperam queda do desemprego em maio

Valor Econômico - 29/06/2018

No trimestre encerrado em maio, a taxa de desemprego deve ter diminuído ligeiramente para 12,7%, na comparação com os 12,9% de abril e os 13,3% do mesmo período do ano passado, segundo média das estimativas de 26 economistas consultados pelo Valor Data. Ante o trimestre anterior, terminado em fevereiro, quando a desocupação atingiu 12,7% da força de trabalho, também não deve haver grandes mudanças.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga hoje o número na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. O intervalo das estimativas dos economistas vai de 12,5% a 12,9%.

No cálculo do economista Flavio Serrano, do banco Haitong, em termos dessazonalizados a taxa deve ter pequena queda, de 12,3% em abril para 12,2% em maio.

Se na ponta, mês a mês, o desemprego segue com relativa estabilidade na comparação com 2017, o país deve continuar a ver queda lenta na desocupação e aumento muito gradual na ocupação. De acordo com dados da Pnad Contínua, até abril a média da população desempregada era de 13,23 milhões de pessoas, 445 mil menos ante o período do ano passado. A população ocupada ganhou 1,68 milhão de pessoas e subiu para 91,03

milhões. Tais números mostram que além de a economia ter empregado 1,24 milhão de pessoas que entraram na força de trabalho no período, houve uma geração de vagas que absorveu quase meio milhão pessoas. É pouco para uma queda mais relevante no desemprego no país.

A geração de vagas em geral tem diminuído, segundo a Pnad, assim como a entrada de pessoas na força de trabalho e menos vagas tem sido criadas. Ao mesmo tempo, o número de pessoas que saem do mercado tem aumentado, o que pode sinalizar que o relativo enfraquecimento do mercado de trabalho tem levado mais pessoas a desistir de procurar um emprego.

Na pesquisa Dieese/ Seade divulgada esta semana, que tem metodologia diferente e abrange apenas a região metropolitana de São Paulo, esse movimento está mais explícito. O desemprego diminuiu, para 17,4%, em maio, mas graças à saída de trabalhadores do mercado, e não por conta da geração de empregos. A pesquisa mostra, ainda, que aumentou para 50 semanas o tempo de procura por uma vaga na região, ante 31 no início de 2016, ainda no auge da recessão.

É incerto se a greve dos caminhoneiros em maio terá alguma repercussão sobre os números da Pnad Contínua, uma vez que eles são uma média do trimestre. A paralisação teve impacto no emprego formal no mês. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, mostrou criação de apenas 33,6 mil empregos novos, metade do esperado por analistas. Foi o menor saldo do ano.

Para o ministro Helton Yomura, o mês foi atípico por causa da greve, que deixou o resultado fora da média do ano até então. A indústria, setor mais afetado pelo evento, fechou 6,4 mil vagas, contra 1,4 mil contratações no mesmo período em 2017, interrompendo quatro meses seguidos de saldo positivo.

Seja como for, mesmo antes da greve as projeções para o emprego já vinham recuando por causa da fraqueza maior que a esperada da atividade no início do ano. A Fundação Getúlio Vargas (FGV), por exemplo, que esperava a criação de um milhão de empregos formais em 2018 reduziu sua estimativa para 524 mil, sem ajuste, ou seja, sem incluir dados informados com atraso.

Para a taxa de desemprego, a média do ano estimada por analistas no Valor Data é de 12,1%, pouco menor que a de 2017, de 12,7%.

Municípios vão levar 10 anos para recuperar perdas entre 2013 e 2016

Valor Econômico - 29/06/2018

Os municípios brasileiros podem levar mais de uma década para se recuperar das perdas nos níveis de emprego e renda ocorridas entre 2013 e 2016, estima um estudo divulgado ontem pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de

Janeiro (Firjan). A queda - medida pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) - só seria inteiramente compensada em 2027, dentro de um cenário "otimista" traçado pela federação.

A mais nova edição da pesquisa, com base em dados de 2016, mostra um forte recuo (-14,6%) na parte específica do índice que mede a evolução do emprego e da renda, frente a 2015. Calculado a partir de indicadores públicos nas áreas de emprego e renda, saúde e educação, o IFDM varia numa escala de zero a um - quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento do município. No caso do IFDM de Emprego e Renda, que responde por um terço do índice geral, o patamar atingido em 2016 foi de 0,4664 ponto.

Para retornar ao patamar pré-crise registrado em 2013, o caminho é longo, de acordo com as projeções da Firjan. Tomando por base a melhor média de crescimento registrada pelo IFDM de Emprego e Renda, referente ao período de 2009 a 2012, o índice avançaria 1,5% ao ano. Nesse ritmo, o patamar de 2013 (0,5461 ponto) só seria ultrapassado em 2027.

"Hoje, o país tem 13,68 milhões de desempregados, mas, se considerarmos a parte subutilizada da força de trabalho, esse número sobe para algo em torno de 27 milhões de pessoas", explica o coordenador de trabalho e rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cimar Azeredo.

O IBGE considera como subutilizado não apenas o desempregado mas também o profissional que, apesar de querer trabalhar mais, tem carga horária de menos de 40 horas semanais. Ou, ainda, a pessoa que tem capacidade para trabalhar mas está fora da força de trabalho.

No cômputo geral, considerando também as variáveis de saúde e educação, o nível socioeconômico dos municípios brasileiros recuou três anos com a crise. Em 2016, a pontuação do IFDM Brasil ficou em 0,6678 ponto, abaixo portanto do patamar registrado em 2013 (0,6715).

Embora tenham evoluído na comparação com 2015, os indicadores de saúde e educação tiveram o menor avanço em uma década. Apesar da desaceleração, tanto o IFDM Saúde como o referente à educação atingiram em 2016 o pico da série histórica iniciada em 2005.

No entanto, o avanço foi insuficiente para compensar a retração do mercado de trabalho nos últimos anos. Somente no período entre 2015 e 2016 foram fechados quase três milhões de postos de trabalho formais no país, lembrou Jonathas Goulart, coordenador de estudos econômicos da Firjan.

De um total de 5.471 municípios avaliados pela Firjan, mais de 4 mil apresentaram aumento na renda no ano passado, em decorrência principalmente do reajuste do salário mínimo. Mesmo assim, o emprego continuou a cair - mais de cinco mil cidades registraram demissões.

"Em 2008 não percebemos interrupção na trajetória de desenvolvimento dos municípios", comparou Goulart, numa referência aos efeitos da crise financeira global.

Na visão do economista José Márcio Camargo, coordenador econômico da campanha do pré-candidato à Presidência da República Henrique Meirelles (MDB), a recuperação pode vir antes do esperado pela Firjan, principalmente na esfera do emprego.

"A reforma trabalhista vai mudar o que acontecia no passado, ao permitir mais flexibilidade no ajuste dos salários", sustenta. "A taxa de desemprego vai começar a reagir mais rápido se a economia se recuperar", afirma.

Camargo sustenta que, se antes da reforma a redução de salário passava necessariamente pela demissão do trabalhador e a contratação de outro "mais barato", agora há mecanismos - como a terceirização - para diminuir esse custo e ampliar a oferta de empregos.

Contas públicas têm déficit de R\$ 11 bi **O Globo - 29/06/2018**

Após um resultado positivo em abril, as contas públicas registraram um déficit de R\$ 11 bilhões em maio. O número diz respeito às contas do governo central, que reúne os resultados do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central. No acumulado dos primeiros cinco meses do ano, as contas fecharam com um déficit de R\$ 16,4 bilhões.

As receitas líquidas do governo aumentaram 7,9% no ano e 9,8% no mês. Em maio, essa conta foi influenciada principalmente por um salto de 60% nas chamadas receitas não administradas pelo Fisco, consequência de pagamento de dividendos (a parte da União no lucro das estatais) pela Caixa e pelo BNDES. As receitas também foram impactadas por um saque de R\$ 3,5 bilhões do Fundo Soberano.

Nova regra pode dobrar gastos com plano de saúde **O Globo - 29/06/2018**

As novas regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de coparticipação e franquia para planos de saúde podem mais que dobrar o valor mensal pago pelos consumidores nestes modelos de contrato. Nos planos de coparticipação, o usuário arca com uma parcela do custo a cada consulta, exame ou procedimento. A nova regra limita o valor a ser pago às operadoras por estes serviços. No caso de contratos individuais, a fatia máxima é de 40%; no dos coletivos, de 60%. Além destes limites, a regra estabelece tetos mensais e anuais para estes gastos.

A mudança afeta um grande universo de usuários. Atualmente, 52% dos 47 milhões de contratos de planos de saúde têm coparticipação ou franquia.

Esses instrumentos já estavam previstos na lei 9.656/1998, mas não tinham regulação, o que, segundo a ANS, poderia acarretar custos ainda maiores que os previstos nas novas regras. Especialistas em defesa do consumidor afirmam, porém, que o percentual limite autorizado pela ANS é muito alto e pode levar a endividamento dos usuários. As empresas dizem que seria possível reduzir a mensalidade. As regras entrarão em vigor em 180 dias e valerão apenas para contratos novos.

No caso do plano individual, o teto é o valor da mensalidade. Ou seja, quem paga R\$ 500 por mês pode ter de arcar com até mais R\$ 500 a título de franquia ou coparticipação em procedimentos. No caso dos planos coletivos — tomando-se por base também uma mensalidade de R\$ 500 —, o usuário pode ter de arcar com mais R\$ 750, ou seja, seu gasto mensal chegaria, no limite, a R\$ 1.250.

A ANS definiu ainda limites de gastos anuais com coparticipação. Se o plano for individual, o somatório das parcelas referentes a exames e consultas está limitado a R\$ 6 mil em um ano (equivalentes à soma de 12 mensalidades). Se for um plano coletivo, o limite é de R\$ 9 mil no mesmo período, porque o teto da ANS leva em conta 18 mensalidades. Tudo que for acima destes limites deve ser pago pela operadora de saúde.

A ANS estabeleceu ainda que uma série de procedimentos — 250, no total — ficará isenta de coparticipação ou franquia. Estas isenções incluem, por exemplo, consultas com médicos generalistas e exames preventivos, além do tratamento de doenças crônicas e de câncer. Até agora, as isenções eram determinadas pelas próprias operadoras. Mas elas terão direito a indicar o local onde os pacientes farão os exames e tratamentos isentos.

Entidades temem endividamento do consumidor

Segundo pesquisas feitas pela ANS, os planos com franquia e coparticipação costumam ter mensalidade, em média, 20% menor que os demais.

— Poder cobrar até o dobro da mensalidade é muita coisa, mesmo com o limitador anual. Ao contratar um plano de saúde, a pessoa já escolhe aquele cuja mensalidade consegue pagar, sem comprometer outras prioridades — diz a advogada Ana Carolina Navarrete, pesquisadora em Saúde do Idec.

Paulo Miguel, diretor executivo do Procon-SP, também considera o percentual alto:

— Queria saber se a ANS fez alguma avaliação sobre a capacidade de reserva financeira dos usuários de planos de saúde para saber se eles têm condição de arcar com esses custos. Esse percentual é absurdo e pode levar ao endividamento do consumidor.

O diretor de Desenvolvimento Setorial da ANS, Rodrigo Aguiar, pondera, no entanto, que, no caso dos planos coletivos empresariais, que são a grande

maioria, o consumidor nem sempre arca com o total da mensalidade, que é paga pelo empregador. Ele ressalta que, para que sejam incluídos nos contratos percentuais acima de 40%, será necessária a anuência do sindicato ao qual os funcionários estejam ligados. Embora admita que, com a crise, é provável que prevaleçam percentuais mais altos.

— Perdemos cerca de três milhões de usuários com a crise, fruto do fechamento de postos de trabalho e de suspensão de oferta do benefício por empresas. Hoje, os planos de saúde são o segundo maior custo administrativo das empresas, só perdendo para a folha de pagamento. Pode ser que os funcionários achem vantajoso pagar um percentual maior de coparticipação do que não ter o benefício — diz Aguiar.

Ele afirma que foram feitas pesquisas para apontar qual percentual levaria a uma racionalização do uso dos planos, evitando o que ele chama de desperdícios:

— Esse percentual não tem como objetivo financiar a prestação do serviço, mas ser um moderador do uso. A regulação traz proteções. Chegaram a nós relatos de usuários de planos que deviam mais de R\$ 30 mil à operadora. Pela nova regra, a dívida não se acumularia assim.

Embora fosse a favor de um teto de 30% para a coparticipação, a defensora Patrícia Cardoso, coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública, vê como um avanço a limitação da exposição financeira do consumidor.

Para Solange Beatriz Mendes, presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), porém, o ideal seria não ter um teto para a coparticipação. Mas considera que as regras trazem mais segurança. Ela aponta, no entanto, um desafio para operadoras e consumidores:

— A informação precisa ser acessível para o consumidor, inclusive a tabela de preços das empresas. O consumidor terá de fazer contas e entender qual é o seu perfil de uso para decidir se contrata um plano com ou sem coparticipação e franquia.

O presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge), Reinaldo Scheibe, avalia que as empresas precisarão de pelo menos um mês para analisar o impacto das novas regras. Ele acredita que a adoção da coparticipação pode reduzir as mensalidades entre 30% e 40%.

— Nos planos tops, que incluem hospitais de ponta, essa redução pode ser menor. Mas operadoras de pequeno e médio porte, com bom relacionamento com hospitais, em que não seja tão intensivo o uso de tecnologia, podem conseguir uma diminuição maior — argumenta Scheibe, que também acredita que o pagamento por parte do usuário pode reduzir a repetição desnecessária de exames.

Paes não deixou rombo nas contas, diz TCM

O Globo - 29/06/2018

Ao contrário do que o prefeito Marcelo Crivella denunciou no ano passado, seu antecessor, Eduardo Paes, não deixou um rombo nas contas do município, e, portanto, não desrespeitou dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A conclusão é da maioria dos conselheiros do Tribunal de Contas do Município (TCM), que começou a discutir ontem um relatório sobre uma série de cancelamentos de empenhos (ordens de pagamento) referentes a despesas da prefeitura com fornecedores nos últimos meses da gestão de Paes, em 2016. Numa denúncia, feita em 2017, a Controladoria Geral do Município (CGM) afirmava que faltavam R\$ 18,56 milhões para fechar as contas. O relatório do conselheiro Felipe Puccioni chegou a uma conta diferente: mesmo se todos os fornecedores tivessem sido pagos, ainda sobriam R\$ 38,9 milhões.

“Cancelar empenho nada tem a ver com realizar despesas sem prévio empenho”, escreveu o conselheiro em seu relatório. No voto, Puccioni também entendeu que não houve qualquer ilegalidade quando integrantes do alto escalão da gestão de Paes usaram matrículas sem identificação (não era possível saber a quais servidores pertenciam) para cancelar empenhos nos últimos dias da administração. Essas suspensões foram realizadas inicialmente sem o conhecimento dos coordenadores de diversos órgãos da prefeitura.

De acordo com conselheiros, ainda sobriam R\$ 38,9 milhões nos cofres após a quitação de empenhos

Apenas um voto contrário

Para Puccioni, também não existem provas de que a prática tenha causado prejuízos ao erário, conforme afirmara a CGM. Nesse caso, houve uma mudança na interpretação da Corte. Há três meses, o TCM considerava a prática irregular. Em um processo relatado por Ivan Moreira, ele havia defendido que a investigação fosse aprofundada.

O relatório foi votado ontem, e a maioria entendeu que não houve irregularidades no fechamento das contas de 2016. O único voto contrário foi o de Ivan Moreira. O processo, no entanto, não foi concluído porque o conselheiro Nestor Rocha pediu vistas do relatório de Puccioni.

Em julho do ano passado, quando a equipe de Crivella denunciou o caso, a assessoria de Paes argumentou que o cancelamento dos empenhos havia obedecido a um decreto do ex-prefeito que havia limitado a 31 de outubro a emissão de empenhos. No entanto, na última quinzena de dezembro, foram identificadas várias despesas indevidas que seriam inscritas em restos a pagar, contrariando alertas e recomendações do TCM. Ontem, o ex-prefeito preferiu não se manifestar sobre o caso. Ele indicou o deputado federal e ex-secretário da Casa Civil Pedro Paulo (DEM) para comentar o assunto. O deputado

acusou Crivella de manipular politicamente a Controladoria Geral do Município (CGM), que deveria ser um órgão essencialmente técnico:

— Pela primeira vez, um prefeito manipula politicamente a Controladoria. A preguiça e a incompetência são assustadoras até para quem já era adversário ou tinha as piores expectativas sobre ele — disse o deputado.

Em nota, a assessoria de Marcelo Crivella sustenta que a gestão anterior cometeu atos em desacordo com a legislação. “A prefeitura concluiu uma sindicância que apontou irregularidades no procedimento de cancelamento dos empenhos e encaminhou o documento ao Ministério Público, para que sejam tomadas as devidas providências”.

No início do mês, com base nessa sindicância e no relatório original do TCM, o MP entrou com uma ação civil por improbidade administrativa contra Paes e três integrantes do alto escalão da antiga administração: o exsubsecretário de Orçamento Carlos Evandro Viegas, que respondia pela Secretaria de Fazenda à época dos fatos, o ex-controlador-geral do município Antonio Cesar Lins Cavalcanti e o presidente do Iplan -Rio, Fábio Pimentel de Carvalho, mantido no cargo por Crivella. Na denúncia, o MP estima que os cancelamentos de empenho tenham causado prejuízos de R\$ 144,8 milhões à prefeitura.

Assembleia aprova aumento a TJ e MP

O Globo - 29/06/2018

Na última sessão antes do recesso parlamentar e a menos de quatro meses das eleições, a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou ontem um pacote de reajustes para servidores do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública. O aumento de 5% está previsto para entrar em vigor em 1º de setembro. A votação foi rápida e simbólica (quando é feito um acordo prévio para a aprovação unânime). Os deputados deram aval para os projetos de lei sem saber o impacto das novas despesas no combalido cofre do estado, já que os dados disponíveis são de 2015 e não foram atualizados. Nem mesmo os integrantes da base governista tentaram impedir a medida, que foi criticada pelo governador Luiz Fernando Pezão.

São dois projetos que seguem agora para a sanção do governador: um, com o reajuste para o Judiciário; o outro, com o aumento para o MP, que recebeu uma emenda estendendo o benefício aos servidores da Defensoria Pública. As três categorias — um total de 17.778 servidores da ativa — estão sem reajustes desde 2014. As propostas não beneficiam magistrados, procuradores, promotores e defensores públicos. O gasto, no entanto, vai agravar o rombo da previdência, previsto para chegar a R\$ 10,3 bilhões este ano. “Qualquer aumento concedido aos servidores ativos será automaticamente estendido aos inativos e pensionistas dessas carreiras”, alertou, em nota, o Rioprevidência.

O conselho que supervisiona o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) — no qual o Rio ingressou para receber ajuda da União — informou ontem que os

projetos aprovados ferem as regras do acordo federal. Para o órgão, os aumentos não podem ser considerados uma revisão geral anual de salários, o que é previsto como uma medida legal dentro do regime.

Depois das votações, o Palácio Guanabara divulgou nota afirmando que Pezão é contra os projetos. “Em relação à sanção, é preciso aguardar a chegada do texto aprovado para que seja analisado”, diz o texto. Nos bastidores, aliados comentam que o governador vai vetar os projetos. A Defensoria e o Ministério Público não quiseram se pronunciar sobre os aumentos. O Tribunal de Justiça, por sua vez, alegou que “ainda não foi oficialmente informado do projeto de lei”.

Na Alerj, deputados da base governista e da oposição alegaram que houve “pressão dos servidores” para a aprovação rápida.

— Não são reajustes, são recomposições salariais — afirmou Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB), que sugeriu a inclusão dos funcionários da Defensoria Pública entre os beneficiados. — Se levarmos em consideração a inflação acumulada de 2014 a 2018, 5% é muito pouco. O aumento não é inconstitucional nem ilegal. O que se pode discutir é se é oportuno.

‘O cobertor é curto’, diz professor

Para especialistas, a grande dúvida é se o momento de penúria do estado permite conceder reajustes.

— O estado está com problema evidente, e, até onde eu sei, todos os reajustes estão sob uma avaliação junto ao governo federal. Há questões mais urgentes a serem resolvidas do que necessariamente um aumento de salário para uma classe específica. O cobertor é curto. Você faz um negócio desses, e, enquanto isso, outras classes com menor poder de barganha estão ali passando por congelamento — destaca Bruno Sobral, professor da Faculdade de Economia, da Uerj.

Já Istvan Kasznar, professor de economia e políticas públicas da FGV, acredita que o Legislativo está privilegiando algumas categorias:

— É imprudente continuar abrindo a porteira, uma vez que as receitas estão crescendo pouquíssimo no estado. Os indicadores oficiais de inflação chegam, no máximo, a 3%, e um aumento de 5% parece elevado. A Alerj destrata o carioca, não representa o interesse geral, mas glorifica o interesse de classes.

Raul Veloso, economista e consultor, avalia que a decisão da Alerj compromete a recuperação econômica do estado:

— Por que um determinado poder dá um aumento quando deveria colaborar para tirar o estado da crise? Se o aumento sair, daqui a pouco, vão ter que atrasar os salários de novo. O estado está na camisa de força do Regime de Recuperação Fiscal, e há uma série de itens que precisam acontecer para fechar a conta pública no fim do ano.

Servidores beneficiados pela decisão da Alerj alegam que estão brigando por seus direitos e dizem que esperam estimular outras categorias a fazerem o mesmo.

— Existem diversos especialistas que trabalham com a questão da crise do estado e que afirmam, categoricamente, que é totalmente viável e possível o reajuste, de acordo com a inflação. A tentativa de construir essa narrativa contrária é, na prática, um esforço para estrangular o serviço público de forma fatal — argumenta Flávio Sueth Nunes, presidente da Associação de Servidores do Ministério Público do Rio.

Avanço do Brasil pode ajudar nas vendas **Correio Braziliense - 29/06/2018**

O Brasil avançou na Copa do Mundo e esse resultado animou uma parte da economia que conta com o bom desempenho da Seleção Brasileira para melhorar o faturamento. O Mundial da Rússia não traz o mesmo entusiasmo da edição anterior, no Brasil. Até porque, a realidade do país hoje é bem diferente, mas para quem está ligado ao varejo esta é a oportunidade de aproveitar o momento de euforia para crescer. As ações para tirar vantagem do evento esportivo são as mais variadas – vão desde brindes mais simples, como nécessaire e copo, até sorteios de TVs e passagem aérea.

Os bares e restaurantes estão entre os mais otimistas com o desempenho da Seleção. A previsão, de acordo com o diretor de Desenvolvimento da Abrasel, Lucas Pêgo, que representa o setor, é de que o faturamento aumente cerca de 20% nos dias em que os jogos do Brasil serão às 15h (se avançar na disputa) e chegue a 50% na final. Esse foi o mesmo desempenho que o segmento apresentou na estreia do Brasil, em um domingo.

“Havia uma falta de otimismo por causa dos horários dos jogos, acrescido ao fato de a economia do país não estar bem. Mas vimos muitas empresas liberando seus funcionários para ver as partidas e isso acabou ajudando a aumentar as vendas. Agora a tendência é de que o movimento cresça à medida que a Seleção seguir em frente”, explica.

Cardápio

Apesar do crescimento, nem todo o setor tem se beneficiado da Copa da Rússia, conta Pêgo. Os restaurantes que trabalham com self-service, por exemplo, ficam de fora das opções dos torcedores porque a preferência costuma ser por bares. Para aproveitar a oportunidade, a maioria tem investido em diferenciais para atrair o público. Em Belo Horizonte, o Redentor Bar, na Savassi, tem oferecido pratos típicos dos países que enfrentam o Brasil. A ideia é que o torcedor “coma” o adversário. “Mas a maioria aposta mesmo é no aluguel de TVs e telões e na decoração”, diz o diretor da Abrasel.

Uma ação de marketing também foi responsável por atrair mais clientes para o Sir. Walter Pub, na Vila da Penha, zona Norte do Rio de Janeiro. A casa lotou na última partida do Brasil, depois que os donos prometeram dar um shot a cada queda de Neymar. No jogo contra o México, na segunda-feira, a promoção continua valendo, com a ajuda de dois parceiros que garantiram o estoque de bebida – Catuaba Selvagem e Cachaça Salinas.

Raspadinha

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, os sócios da Companhia Tradicional do Comércio, da qual fazem parte 34 unidades, fizeram ações especiais para os bares Original, Pirajá, Lanchonete da Cidade, Astor e Ici – ficou de fora apenas a Pizzaria Bráz. Por enquanto, as vendas ficaram abaixo da previsão de crescimento, que era de 30% antes do início do Mundial.

“O faturamento até agora aumentou em média entre 20% e 25%, mas vem crescendo à medida que o Brasil joga. A nossa expectativa é de que continue a melhorar com o avanço da Seleção. Se chegar à final, acreditamos que ainda dá para alcançar os 30% de crescimento. Por outro lado, se o país sair de forma prematura a Copa praticamente acaba para nós”, diz Natanael Paes, gerente de marca do grupo.

Para estimular que os torcedores saiam de casa, Paes conta que o grupo fez algumas ações promocionais. Uma delas é a raspadinha, que pode dar prêmios como chope, porções e até o convite para quatro pessoas participarem do camarote Brahma, instalado em uma das unidades. Além disso, as casas do grupo que participam da ação da Copa dão aos clientes um chope de cortesia a cada gol do Brasil.

Amendoim

Mas quem não pode ir para o bar torcer e tem de fazer a festa em casa ou no trabalho acaba por movimentar as vendas de outros produtos, como o amendoim. A Santa Helena, maior empresa do setor, com fábricas na região de Ribeirão Preto (SP), desenvolveu produtos para aproveitar o Mundial e espera que o faturamento tenha um aumento de cerca de 15% nessa época, também graças às festas juninas, o período mais importante do ano para esse tipo de alimento.

Luís Roberto Bertella, diretor comercial, conta que a empresa lançou nos últimos meses versões do amendoim com brigadeiro, com casca e cru, paçoquinha com cobertura de chocolate e crocante, além da linha de bandeja para aperitivo. “Nossos produtos concorrem com batata, pipoca, salgadinhos feitos à base de milho. Ainda assim, a previsão é de crescimento à medida que o Brasil seguir na Copa. Isso pode ajudar o varejo como um todo”, opina.

Canarinho

Além dos comes e bebes, uma parte importante para muito torcedor é a camisa. Na Decathlon, presente em oito estados, como São Paulo e Minas Gerais, com 25 lojas, a procura pelo traje, nas versões verde e amarelo, aumentou. A rede não trabalha com camisas oficiais das seleções, apenas com aquelas usadas para a prática de esporte.

Danilo Silva, gerente da marca Kipsta (focada em esportes coletivos), diz que, diferentemente de muitos concorrentes, a empresa procura oferecer produtos para a prática do futebol, não apenas para torcer. A previsão era de que esse segmento crescesse cerca de 20% durante o Mundial, mas já alcançou 35%.

“Esse é o esporte com maior número de praticantes no Brasil, por isso nos posicionamos para oferecer outros itens além da camisa, como bola, segunda pele, agasalho e meião. Se quem procura a camisa é apenas torcedor, não vai levar esses produtos”, explica Silva.

Previsão

Apesar de alguns setores da economia estarem otimistas com o desempenho do Brasil no Mundial da Rússia, nem todos vão comemorar, ainda mais se os números deste ano forem comparados aos de copas anteriores, em especial a de 2014, no Brasil. Segundo projeção da Confederação Nacional do Comércio (CNC), neste ano, o faturamento com o campeonato de futebol será de cerca de R\$ 1,5 bilhão, uma queda real (descontada a inflação) de 30% em comparação ao resultado de 2014.

“O momento era outro, aquela era uma Copa realizada no Brasil e movimentou a economia como um todo”, explica Fábio Bentes, chefe da Divisão Econômica da CNC. Mas a economia também está bem diferente, acrescenta, com índices ruins referentes ao emprego e à atividade econômica do país.

Para Bentes, o setor de alimentos deverá ser o que conseguirá tirar mais vantagem da Copa do Mundo, desde que o Brasil siga na briga pelo título. Já as vendas de eletroeletrônicos, mais especificamente de TVs, foram as que mais decepcionaram neste ano. A previsão da CNC é de que elas cheguem a R\$ 481 milhões. Em 2014, as vendas chegaram a R\$ 783,4 milhões. Já em 2010, esses produtos geraram R\$ 683 milhões de receita.

“Era um período em que a economia brasileira estava bombando, com alta taxa de crescimento e um nível baixo de desemprego”, afirma Bentes. No Mundial anterior, em 2006, esse setor chegou a R\$ 551 milhões – mais do que a projeção para este ano. Isso mostra que esta pode ser a Copa do petisco e da cerveja, mas na frente de uma TV mais velha.

Pipoca paga mais imposto que camisa da Seleção

Levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) mostrou qual é a incidência de tributos sobre os produtos mais vendidos durante a Copa. A pipoca, por exemplo, tem carga maior do que a camisa da Seleção, a corneta e os balões de festa. Mas a campeã da lista é a caipirinha. Ao todo, 76,60% do seu preço é referente a tributos como PIS e Cofins. Os fogos de artifício estão em segundo lugar, com 61,56%, acompanhados de perto pela cerveja, com 55,60%. O levantamento do IBPT incluiu até o álbum de figurinhas da Copa, que destina 48,49% do seu valor para os cofres públicos – quase tanto quanto as TVs, com 44,94%. Da lista de 17 itens, o que paga menos tributos é justamente um dos preferidos dos brasileiros, a carne de churrasco, sobre a qual incidem 29% de carga.

Recessão prejudica educação e saúde

Correio Braziliense - 29/06/2018

A recessão dos últimos dois anos atingiu em cheio os serviços públicos das cidades brasileiras, assim como o emprego e a renda da população — entre as exceções, estão as áreas onde predomina o agronegócio. No geral, as condições sociais e econômicas estão abaixo do que se via em 2013, mostra o Índice de Desenvolvimento Municipal da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

O resultado com os dados de 2016, os mais recentes disponíveis, ficou em 0,6678 ponto em um máximo de 1. Em 2013, era de 0,6715. A queda começou em 2014 e continuou em 2015. Em 2016, houve recuperação em relação a esses dois anos, mas não em comparação a 2013, o auge da série histórica iniciada em 2006.

A educação e a saúde têm melhora contínua, ainda que com avanço menor durante a recessão. Já o emprego e a renda caíram. É o que aconteceu em Brasília, de forma mais acentuada do que a média brasileira. A cidade passou da 10ª posição em 2015 para a 13ª em 2016. Em todo o país, as projeções mostram que a recuperação vai demorar. “No aspecto emprego e renda, só em 2027 voltaremos ao nível de 2013”, explicou Jonathas Goulard Costa, coordenador de Estudos Econômicos da Firjan.

Só cinco municípios apresentam alto desenvolvimento nesse item. Dois deles estão na região Centro-Oeste, incluindo Cristalina (GO), onde o agronegócio é forte.

A menor velocidade de avanço na saúde e na educação é preocupante, disse Costa, porque a situação da maior parte dos municípios ainda é precária. “O maior problema não é dinheiro. É gestão. Pode-se avançar com ações simples.”.

ANS: nova regra para planos

Correio Braziliense - 29/06/2018

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) regulamentou os limites de cobrança dos valores das modalidades de planos de saúde por coparticipação e franquia. Os dois produtos já são comercializados no mercado, mas aguardavam um aprimoramento jurídico, que veio ontem por meio de uma resolução publicada da autarquia vinculada ao Ministério da Saúde. Os convênios por coparticipação, aqueles em que o beneficiário arca com parte dos custos a cada utilização, terão teto de 40%. Atualmente, o mercado trabalha com uma média em torno de 30%, segundo especialistas.

Para outro modelo, a ANS prevê limite para franquia de até 12 vezes o valor da mensalidade. A lógica é semelhante ao do seguro de automóvel, quando o consumidor arca apenas com o pagamento da franquia se o sinistro superar esse custo. No caso do plano de saúde, o consumidor pagará a mensalidade do plano e os gastos integrais de qualquer serviço utilizado. O montante será acumulado até atingir o preço da franquia previsto em contrato.

As atualizações no setor vão entrar em vigor somente em 180 dias após a publicação da resolução. Ou seja, somente no próximo ano. No entanto, a polêmica já começou. Para a advogada Lívia Coelho, da Proteste Associação de Consumidores, a resolução gera um temor de extinção, ou desuso de determinados planos, como os individuais e familiares. “Os antigos planos ainda poderão ser comercializados, mas isso representa uma ameaça ao segmento de convênios com cobertura integral, em que não há coparticipação e franquia, porque foi o que ocorreu nos individuais. Eles até são comercializados, mas quase não encontramos”, ponderou.

No caso dos planos por coparticipação, o custo em um mês pode ser o dobro do valor da mensalidade. Isso está previsto na norma publicada pela ANS, uma vez que a coparticipação tem como teto o valor da mensalidade. Mesmo que o consumidor gaste valor superior ao previsto em contrato, a operadora tem que limitar a cobrança da coparticipação à mensalidade.

Por esse motivo, o especialista em saúde suplementar Rodrigo Araújo, sócio-fundador da Araújo, Conforti e Jonhsson Advogados Associados, avalia que os contratos por coparticipação e franquia serão vantajosos apenas se o custo da mensalidade for baixo. “Se não ficar doente e não utilizar, vai pagar um valor baixo. Agora, se precisar de qualquer atendimento, certamente o custo será muito superior à fatura mensal”, ponderou.

Polêmica

Em meio à polêmica, há quem faça boa avaliação das mudanças. O consultor Adriano Londres, especialista em saúde suplementar, analisa que as regras têm efeito pedagógico. “Faz com que, quem usa, pense com o ‘chapéu’ de quem paga. Na hora em que traz ao indivíduo a coparticipação, naturalmente, ele tenderá a ter uma utilização mais criteriosa. A experiência internacional

desses contratos aponta uma redução no prêmio. A ideia não é restringir, mas fazer o consumidor analisar melhor”, disse.

A intenção da modalidade por franquia é incentivar a adesão a programas de promoção de saúde e prevenção de doenças. Quanto aos por coparticipação, fica estabelecido que, em caso de atendimentos em pronto-socorro, será cobrado somente o valor fixo. Não importa, portanto, a quantidade e tipo de procedimento. Entretanto, o limite de 40% poderá ser elevado em 50% no caso de planos de saúde empresariais, desde que acordado em convenções coletivas.

Deficit de R\$ 16,4 bi **Correio Braziliense - 29/06/2018**

As contas do governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência) acumularam deficit primário de R\$ 16,4 bilhões de janeiro a maio deste ano. Foi o terceiro pior resultado para o período na série histórica, iniciada em 1997. O resultado negativo foi puxado pelo aumento de 9% no rombo da Previdência, que somou R\$ 76,3 bilhões. Somente em maio, o resultado negativo foi de R\$ 11 bilhões.

Apesar de as contas continuarem no vermelho, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, fez uma avaliação otimista dos dados, uma vez que o deficit primário acumulado encolheu 56,5% em termos reais (descontada a inflação) na comparação ao rombo recorde de R\$ 36,6 bilhões do mesmo período de 2017. “É um resultado positivo, porque foi melhor do que o esperado”, destacou. Ele observou ainda que a receita cresceu em ritmo mais forte do que a despesa.

Nos primeiros cinco meses do ano, a receita líquida teve aumento real de 7,9%, graças, em grande parte, a receitas extraordinárias, como parcelamento especial do Refis, royalties de petróleo, saque do Fundo Soberano e dividendos de estatais. As despesas cresceram 3,8% no mesmo período.

O valor dos dividendos recebidos pelo Tesouro, de R\$ 5,5 bilhões, dos quais R\$ 4,8 bilhões apenas em maio, surpreendeu especialistas. “Essa receita e o saque de R\$ 3,5 bilhões do Fundo Soberano não estavam na conta e contribuíram para que o deficit primário fosse menor”, destacou o economista Fabio Klein, da Tendências Consultoria. Klein previa um rombo acumulado de R\$ 22,5 bilhões.

“O resultado fiscal não é muito bom, porque ainda há muita receita extraordinária, e é complicado avaliar, considerando os efeitos contábeis que afetaram positivamente a receita”, destacou Vilma da Conceição Pinto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV). Segundo ela, a tendência é de piora, porque junho não deverá ser um mês favorável para as contas públicas, já que o impacto da greve dos caminhoneiros prejudicou a arrecadação. Além disso, os gastos do governo aumentam no segundo semestre.

Mansueto admitiu que o resultado primário do governo deve piorar no segundo semestre, uma vez que, em julho, o governo fará atualização dos parâmetros macroeconômicos, reduzindo a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), atualmente em 2,5%, e incluirá as despesas extraordinárias de R\$ 9,5 bilhões com o subsídio para o diesel acordado entre o governo e os caminhoneiros. Com isso, a previsão de resultado primário para o ano, que era de deficit de R\$ 152,9 bilhões, deverá atingir o teto da meta fiscal, de R\$ 159 bilhões negativos. Será portanto, bem maior do que o rombo registrado em 2017, de R\$ 124,2 bilhões.

Incerteza econômica fecha semestre no maior nível desde janeiro de 2017

DCI - 29/06/2018

A incerteza com os rumos da economia fechou o semestre em níveis elevados, refletindo indefinições nas agendas política-econômicas dos pré-candidatos, deterioração fiscal e ambiente externo turbulento.

O Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) cresce desde março, porém disparou em junho em relação a maio, ao avançar 10,1%, para 125,1 pontos, maior nível desde janeiro de 2017 (125,4 pontos). Nos três meses imediatamente anteriores, o IIE-Br aumentou, na média, 4,16% a cada mês.

Com o resultado de junho, o indicador manteve-se na região de incerteza elevada (acima de 110 pontos) pelo quarto mês consecutivo.

O aumento da desconfiança fez o Banco Central (BC) diminuir significativamente a sua expectativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2018, de 2,6% para 1,6%, de acordo com o Relatório Trimestral de Inflação (RTI), divulgado ontem.

“A disparada da incerteza em junho foi desencadeada pela greve dos caminhoneiros, que aconteceu em maio, mas que gerou desdobramentos em junho, como a queda do ex-presidente da Petrobrás, [Pedro Parente], a elevação do dólar em relação ao real e reflexos na agenda fiscal [em decorrência dos subsídios aos diesel]”, diz o economista do Ibre-FGV, Pedro Costa Ferreira.

Para além dos efeitos da greve, Ferreira explica que a deterioração fiscal e a falta de clareza das agendas dos pré-candidatos são os fatores que têm mantido o nível de desconfiança alto. “A incerteza política está relacionada com a incerteza na economia. A situação fiscal não está resolvida. Então, a pergunta que os empresários se fazem é: será que o próximo presidente vai fazer uma reforma da previdência? Será que ele terá capital político para implementar mudanças fiscais? Será que ele vai respeitar o teto de gasto”, reflete o economista do Ibre.

“Se a situação fiscal estivesse resolvida, é provável que a política não gerasse tanta incerteza econômica”, diz. Para que as empresas tenham um horizonte de investimento de longo prazo, é importante que haja uma definição da política econômica a ser adotada nos próximos anos.

Além da questão fiscal, Ferreira menciona que os empresários ainda têm dúvidas sobre como será conduzida as políticas cambial e monetária, por exemplo. Na avaliação dele, o IEE-Br deve continuar volátil até as eleições, em outubro.

Baixo crescimento

O professor de economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Antônio Correa de Lacerda, ressalta que, antes dos acontecimentos de maio, a política econômica atual já não estava favorável para o crescimento. “O governo não atacou o spread bancário. Embora a taxa de juros básica tenha caído pela metade nos últimos anos, os juros para o consumidor final continuaram lá no alto. Este é um freio na atividade econômica”, considera.

“Outro freio é a forte redução dos investimentos públicos, travados pela implementação do teto para os gastos públicos”, complementa. “O baixo crescimento já estava dado”, reforça Lacerda.

Ele comenta ainda que demais fatores que estão agravando o nível de incerteza são a guerra comercial entre os Estados Unidos (EUA) e outras economias do mundo, e a elevação da taxa básica de juros norte-americana.

O RTI mostrou também que o BC cortou projeção de crescimento para os principais componentes do PIB. Pelo lado da oferta, a expectativa para a indústria recuou de 3,1% para 1,6% e, para o setor de serviços, de 2,4% para 1,3%. No sentido inverso, a perspectiva para a agropecuário saiu de uma contração de 0,3% para expansão de 1,9%.

No lado da demanda, o consumo das famílias passou de 3,0% para 2,1%, enquanto o investimento foi de 4,1% para 4%. A projeção para inflação de 2018 subiu de 3,8% para 4,2%, no cenário de mercado, entre o RTI de março e de junho, informou o BC.

Nível econômico das cidades retrocedeu

DCI - 29/06/2018

A crise econômica, que teve início em 2014 e causou forte recessão no País, fez com que o nível socioeconômico das cidades brasileiras retrocedesse três anos. É o que aponta o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), divulgado ontem com base em dados oficiais de 2016, últimos disponíveis. De acordo com o estudo, na comparação com 2015, as áreas de Educação e Saúde tiveram o menor avanço da última década e não compensaram as

perdas do mercado de trabalho nos últimos anos. Assim, nesta edição o IFDM Brasil atingiu 0,6678 ponto – abaixo do nível observado em 2013.

Crise no Carf ameaça solução de casos bilionários no Brasil

DCI - 29/06/2018

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), tribunal responsável pelo julgamento de questões tributárias e que possui R\$ 614 bilhões em discussão atualmente, tem perdido credibilidade e vem sendo questionado na Justiça desde 2015, com o estouro da Operação Zelotes.

De acordo com o sócio do escritório APGI Advogados e ex-conselheiro do Carf, Ronaldo Apelbaum, a intromissão do Judiciário nas ações julgadas pelo órgão devido a fragilidades internas do tribunal administrativo – que vieram à tona nos últimos anos – pode fazer com que empresas desistam da instância administrativa para grandes discussões. “O trivial vai continuar no Carf, mas teses como o ágio e a subvenção para investimento vão acabar sendo judicializadas”, avalia.

O novo capítulo dessa crise institucional veio com a decisão de uma juíza do Distrito Federal que anulou uma decisão do tribunal administrativo por conta do uso do voto de qualidade, também conhecido como voto de minerva. Esse dispositivo permite que o presidente das sessões do Carf – sempre um conselheiro proveniente do Ministério da Fazenda – resolva os casos em que houver empate entre os oito conselheiros, sendo que quatro são da Fazenda e quatro do contribuinte.

Apelbaum diz que o voto de qualidade é um dos dispositivos equivocados do tribunal administrativo que sobreviveu à grande reforma pela qual o órgão passou em 2015 após as revelações da Operação Zelotes. “Quando o Carf retomou as atividades, em julho de 2015, essa tese de que o voto de minerva poderia ser contestado foi levantada por mim e alguns outros conselheiros”, lembra.

O tribunal administrativo ficou quatro meses com suas atividades suspensas naquele ano porque a Zelotes revelou um esquema de venda de sentenças que envolveu grandes empresas e instituições financeiras. Quando voltou a operar, o órgão fez uma série de alterações em seu regimento. Uma delas foi a profissionalização dos conselheiros que representam o contribuinte, obrigando que eles se desliguem dos escritórios de advocacia em que trabalham antes de integrar o conselho.

O sócio da área tributária do Martinelli Advogados, Carlos Amorim, avalia que o voto de qualidade é um resquício do modelo antigo e que não deveria existir. “O conselho passou por algumas alterações que fortaleceram o corpo jurídico

do tribunal. Contudo, segue como um órgão em que o voto do presidente vale por dois.”

Para Apelbaum, o voto de qualidade viola o Código Tributário Nacional, visto que o artigo 112 dessa lei diz que, em caso de dúvida com relação à cobrança de um imposto ou autuação do contribuinte, é melhor não penalizá-lo de qualquer forma.

Foi justamente esse argumento que levou a juíza Adverci Rates Mendes de Abreu, do DF, a derrubar uma decisão do Carf na qual um contribuinte teve sua tese negada em julgamento no qual foi utilizado o voto de qualidade. Em acórdão, a magistrada apontou que o entendimento do tribunal administrativo de que após empate o presidente possa votar novamente a fim de promover o desempate “viola frontalmente os mais basilares princípios democráticos de direito.”

Na opinião de Apelbaum, por mais que as decisões resolvidas por voto de qualidade sejam menos de 10%, são discussões que movimentam muito dinheiro. “As teses que mais geram polêmica no Carf são aquelas que envolvem uma quantidade enorme de recursos. As teses do dia a dia não costumam precisar de desempate, mas também não envolvem muito dinheiro”, explica.

Fratura exposta

A crise institucional iniciada com a Zelotes, na opinião dos especialistas, expôs uma série de fragilidades do tribunal, que passou a ser frequentemente alvo de polêmicas. Em 2017, por exemplo, a Medida Provisória 765/2016, depois convertida na Lei 13.464/2017, causou uma celeuma no meio jurídico ao prever um bônus de produtividade aos auditores fiscais atrelado à aplicação de multas. Naquela época, algumas decisões judiciais determinaram a retirada de processos de pauta porque o pagamento do bônus traria um conflito de interesses.

Segundo o sócio-fundador do Andrade Advogados, Rogério Dib de Andrade, o Carf está se esforçando para reduzir a litigiosidade de seus temas, inclusive com a recomendação de que seus conselheiros sigam todas as decisões em repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (STF) ou recursos repetitivos no Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas muito ainda precisa ser feito para que o tribunal retome a sua credibilidade. “Concordo que situações como essa fazem com que o tribunal patine no seu propósito. Há força política e interesses governamentais de receber mais arrecadação, mas acredito que o tribunal vai retomar a credibilidade que tinha antes da Zelotes”, defende o especialista, que espera que haja uma nova mudança no regimento.

Procurado pelo DCI, o Carf disse em nota que “desde a Operação Zelotes tem passado por amplo processo de reestruturação, onde foram implementadas medidas de fortalecimento da governança.” Segundo o órgão, apenas 6% das decisões têm voto de qualidade.

Relator da LDO convoca técnicos para resolver divergências sobre rombo

DCI - 29/06/2018

Técnicos do Ministério do Planejamento, do Tesouro Nacional e da Instituição Financeira Independente (IFI) do Senado vão se reunir hoje (29) para esclarecer divergências entre os números sobre rombo nas contas públicas em 2019.

A reunião foi convocada pelo relator da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) para 2019, senador Dalírio Beber (PSDB-SC) porque foi apontada uma “expressiva divergência” entre os valores do governo e da IFI sobre insuficiência de recursos em 2019. Nota técnica das Consultorias do Orçamento do Senado e da Câmara, indicam que a diferença “somente pode ser elucidada com a apresentação por parte do Executivo dos seus cálculos”.

Segundo a nota técnica das Consultorias, não constam na exposição de motivos do Projeto da LDO 2019 enviado pelo governo ou em outro documento “nem a metodologia de apuração, nem a memória de cálculo do referido montante de R\$ 254,3 bilhões, que estariam faltando para o cumprimento da regra de ouro em 2019”.

A regra de ouro é um dispositivo previsto na Constituição para obrigar o governo a manter o equilíbrio das contas públicas, impedindo-o, por exemplo, de tomar crédito para pagar contas correntes como salários. O valor da insuficiência de recursos será aproveitado no parecer do relator como proposta de crédito suplementar a fim de cumprir em 2019 a regra de ouro do Orçamento, que pela primeira vez não será seguida.

Metodologias diferentes

Enquanto o governo calculou em R\$ 254,3 bilhões o montante necessário para cobrir o saldo negativo em 2019, estudo da Instituição, divulgado em abril, estabeleceu um valor de R\$ 98,8 bilhões no primeiro ano do mandato do próximo presidente da República a ser eleito em outubro deste ano, abrindo o confronto pois, na comparação, o rombo seria 60% menor em relação ao valor de insuficiência de recursos calculado pelo governo.

“As metodologias são diferentes”, afirmou ao DCI o relator da LDO, senador Dalírio Beber (PSDB-SC), atenuando a diferença. “Temos que ter transparência e apresentar a verdadeira necessidade de crédito para cobrir a insuficiência de recursos”, acrescentou. Beber disse esperar que, após a reunião, possa definir o valor real a ser debatido na próxima sessão da Comissão Mista do Orçamento (CMO), agendada para a terça-feira (3).

“Temos de saber a verdadeira necessidade de crédito para sinalizar ao futuro governo discussão e rediscussão de soluções duradouras”, disse Beber.

“Como relator preciso ter esses esclarecimentos para concluir o parecer, que deve ser apresentado até o dia 5 de julho.” O crédito suplementar que será levado ao próximo presidente precisa ser aprovado pela maioria no Congresso (41 senadores e 257 deputados).

Consultado pelo DCI sobre a reunião e eventual mudança no valor da insuficiência de recursos, o líder do governo na CMO, deputado Cláudio Cajado (PP-BA) achou correta a decisão do relator. “Quando mais claro ficar o valor do crédito suplementar, melhor será para o governo e para a sociedade”, afirmou o parlamentar, concordando que as contas devem ser refeitas se for comprovado erro nos cálculos do governo.

Beber ressaltou, porém, que não haverá necessidade de flexibilização da regra de ouro em 2018 em razão do uso de ativos que não eram aproveitados no Orçamento. Um dos principais é a antecipação da devolução de recursos da União cedidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nova planilha

A rediscussão da proposta do governo foi motivada por emenda apresentada pelo líder do PT na Comissão Mista de Orçamento, deputado Afonso Florence (PT-BA). O parlamentar apontou inconstitucionalidade no projeto da LDO enviado pelo Executivo. Florence quer que o governo envie novo projeto com planilhas detalhando dados de despesas e receitas. Reclama que a proposta de LDO 2019 “não traz nenhuma medida ou providência para combater a causa que origina o estouro da regra de ouro”.

No estudo Especial nº 5, apresentado pela IFI há cerca de dois meses, as estimativas de insuficiência de recursos para cumprimento da regra em 2019 são baseadas em simulações projetadas pela própria Instituição a partir de dados do Resultado e da Coordenadoria da Dívida Pública do Tesouro Nacional.

Esses dados referem-se a Juros Reais, Déficit Primário, Devoluções do BNDES, Pagamento de juros e parcela da dívida pelos Estados e Municípios, Remuneração da Conta Única, Resultado do Banco Central, Investimentos e Inversões.

STF retoma hoje julgamento sobre imposto sindical **O Estado de S. Paulo - 29/06/2018**

Com empate na ação que busca a volta da contribuição sindical obrigatória, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a sessão ontem e irá retomar hoje o julgamento que contesta um dos pontos da reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro do ano passado.

Enquanto o relator da ação, ministro Edson Fachin, votou pelo restabelecimento da obrigatoriedade, o ministro Luiz Fux se posicionou favorável ao fim do pagamento compulsório.

Após a sessão, questionado se daria uma decisão liminar individualmente caso o julgamento não seja finalizado hoje, Fachin disse que, nessa situação, eventualmente irá propor que o próprio plenário vote a medida .

Fux, que abriu a divergência de Fachin, afirmou em seu voto que há um “conhecido problema” de proliferação de sindicatos no Brasil, situação que seria alimentada pela contribuição sindical obrigatória. O ministro destacou os valores arrecadados a partir da contribuição sindical, que, somente em 2016, reuniu cerca de R\$ 3 bilhões. E defendeu que a Constituição não obriga ninguém “a se filiar ou se manter filiado a entidade sindical”, usando das mesmas observações trazidas pela advogada-geral da União, Grace Mendonça, na tribuna do STF.

Já para Fachin, a reforma trabalhista é inconstitucional ao tornar facultativa a contribuição sindical sem ter reduzido as obrigações das entidades que representam o trabalhador. Ele argumentou ainda que se trata de receita pública – já que 10% dos recursos eram direcionados ao governo para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Fachin disse que a Constituição de 1988 consolidou um tripé que sustenta a organização dos sindicatos, formado por unicidade sindical, representação obrigatória e contribuição compulsória.

Imposto sindical fica para hoje

Correio Braziliense - 29/06/2018

A definição sobre a obrigatoriedade ou não do imposto sindical ficou para hoje. A votação foi interrompida no Supremo Tribunal Federal (STF) depois dos votos do relator Edson Fachin, favorável a que todo trabalhador com carteira assinada seja obrigado a contribuir com o equivalente a um dia de trabalho, e do ministro Luiz Fux, contrário. Fux não participará da votação, às 9h, devido à agenda no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A contribuição passou a ser facultativa em 11 de novembro de 2017, quando entrou em vigor a reforma trabalhista. Os advogados dos sindicatos alegam que a nova legislação impede a sobrevivência das entidades e prejudica a representação dos trabalhadores. Já a Advocacia-Geral da União (AGU) argumenta que os sindicatos têm outras fontes de custeio, como contribuições confederativas, mensalidades e taxas cobradas de associados, e que não se pode forçar o pagamento aos empregados.

No voto, Fachin declarou que a reforma trabalhista é “inconstitucional” quando torna facultativa a contribuição. “Entendo que, sem alteração constitucional, a mudança de um desses pilares desestabiliza todo o regime sindical e não pode ocorrer de forma isolada”, destacou. O Congresso Nacional aprovou a legislação via Projeto de Lei.

Fux divergiu. Disse que é notória a “proliferação” de sindicatos em funcionamento no país e defendeu que um eventual “desastre” no sistema de representatividade ocorre pela falta de empenho das entidades para garantir as outras formas de custeio. “Não se pode impor que a contribuição sindical seja obrigada a todas as categorias, já que a carta magna afirma que ninguém é obrigado a se filiar à entidade sindical”, disse.

Segundo a ministra da AGU, Grace Mendonça, a contribuição sindical não foi extinta, mas se retirou a obrigatoriedade, o que, segundo ela, “se harmoniza muito mais com o que está expresso na Constituição”. “Porque quando o legislador constituinte originário estabelece a liberdade sindical, ele assegura ao trabalhador um direito à filiação a sindicato, e não uma obrigação”, destacou.

Existem 19 ações no STF com pedidos para reverter o imposto sindical obrigatório.

Goooooooool... é dos planos de saúde!

O Globo - 29/06/2018

Bernardo Mello Franco

Enquanto a plateia se distrai com a Copa do Mundo, os planos de saúde gritam gol. Os empresários do setor não foram à Rússia, mas receberam uma bola açucarada da ANS. No apagar das luzes do governo Temer, a agência editou normas que podem dobrar o gasto mensal dos segurados.

As mudanças foram publicadas ontem no “Diário Oficial”. Com a canetada, os planos ganharam aval para tomar mais dinheiro dos clientes. Quem ficar doente poderá ser obrigado a pagar 40% do valor dos procedimentos médicos. Além da mensalidade e dos remédios, é claro.

“Essas regras são tão abusivas que dá vontade de chorar”, desabafa Ligia Bahia, professora da UFRJ e doutora em Saúde Pública pela Fiocruz. “A agência reguladora deveria garantir que quem está doente seja atendido. O que estão fazendo é o contrário, e sem base legal”, afirma.

A ANS alega que protegeu os segurados ao estabelecer que a regra não valerá para tratamentos crônicos, como quimioterapia e hemodiálise. É uma meia verdade. Um doente com câncer não pagará a mais pela química, mas poderá ser sobretaxado a cada vez que precisar de exames, fisioterapia ou apoio nutricional.

O mês da Copa tem sido lucrativo para os planos de saúde. No dia 5, o Senado aprovou a indicação de Rogério Scarabel Barbosa para o cargo de diretor da ANS. Ele era advogado de seguradoras antes de ganhar uma vaga na agência que deveria fiscalizá-las. O senador Randolfe Rodrigues comparou a nomeação à escolha de uma raposa para cuidar do galinheiro.

Na semana seguinte, a mesma ANS autorizou um reajuste de 10% nos planos individuais, uma goleada sobre a inflação oficial de 2,76%. O aumento chegou a ser barrado na Justiça. O desembargador Neilton dos Santos cassou a liminar na última sexta-feira, dia de Brasil x Costa Rica.

Em 2017, deputados ligados aos planos de saúde tentaram mudar a legislação para aumentar os lucros das empresas. As entidades de defesa do consumidor reagiram, e a proposta não chegou a ser votada.

Com o pacote de ontem, o governo encontrou um atalho para presentear as seguradoras sem depender da Câmara. Por mais que o lobby dos planos seja forte, os parlamentares ainda precisam do voto dos pacientes para se reeleger.

A resiliência do atraso

O Estado de S. Paulo, O Globo - 29/06/2018

Rogério L. Furquim Werneck

É triste constatar que, na infundável batalha contra o atraso, avanços conquistados a duras penas podem ser facilmente revertidos. E que os retrocessos costumam ser bem mais rápidos do que os avanços. Sobram evidências de que a resiliência do atraso pode ser surpreendentemente alta. Num piscar de olhos, interesses nele encastelados podem reverter mudanças importantes que já pareciam consolidadas e restaurar o arranjo anterior em que se locupletavam. E quão bem encasteladas podem ser as forças que defendem a preservação do atraso...

Um bom exemplo é a extinção da contribuição sindical obrigatória. Durante três quartos de século, uma legislação fascista, criada na ditadura Vargas sob inequívoca inspiração da Carta del Lavoro de Benito Mussolini, obrigou indivíduos e empresas a contribuir compulsoriamente para o sustento de uma estrutura sindical artificial e hipertrofiada, em grande parte tomada por pelegos de todo tipo, que pouco ou nada faziam pelos interesses dos trabalhadores e das empresas que supostamente deveriam representar.

Em conjunto com a unicidade sindical, peça complementar do ferrolho fascista incrustado na legislação trabalhista, a contribuição sindical obrigatória vinha sendo o principal esteio do nefasto corporativismo brasileiro. Foi um grande avanço, portanto, ter o Congresso decidido, afinal, no ano passado, extinguir a contribuição sindical obrigatória.

Menos de um ano depois, contudo, os interesses contrariados, alinhados em emblemática coalizão de entidades laborais e patronais, estão agora mobilizados para tentar reverter na Justiça a extinção do imposto sindical. Querem que o Supremo Tribunal Federal (STF) declare que a medida aprovada pelo Congresso é inconstitucional.

Diante do pedido de medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade que lhe coube apreciar, o ministro Edson Fachin entendeu que, tendo em vista a importância do tema, seria mais prudente abrir mão de uma decisão monocrática e encaminhar a questão ao colegiado pleno do STF, para julgamento agendado para ontem, 28 de junho.

No ínterim, o ministro Edson Fachin deu a público um despacho, datado de 30 de maio de 2018, em que, ao longo de 35 páginas, se socorre da opinião de doutrinadores eminentes e externa suas próprias considerações sobre a questão em pauta. Ver <https://www.conjur.com.br/dl/fachin-fim-contribuicao-sindical-acabar.pdf>.

Tendo de finalizar este artigo ainda sem saber o desfecho do julgamento agendado para ontem, atendo-me à análise do despacho do ministro relator. O que chama a atenção no documento, antes de mais nada, é quão arraigada, entre boa parte dos doutrinadores citados, é a percepção de que a contribuição sindical obrigatória e a unicidade sindical são peças indissociáveis e cruciais do arranjo legado pelo Estado Novo. E de que não há como evoluir para um sistema baseado em contribuições facultativas sem desestruturar todo o sistema sindical do País.

Setenta e cinco anos depois de ter sido imposto à sociedade brasileira o arranjo sindical mussoliniano, parte importante da elite intelectual do País continua presa à mentalidade forjada pelo lado fascista do varguismo, incapaz de pensar fora da caixa e de perceber quão perversa tem sido a disfuncionalidade desse arranjo e a importância de desmontá-lo com urgência. Não se percebe que basta a extinção da contribuição sindical obrigatória para destravar o ferrolho que vem impedindo a modernização do regime sindical brasileiro. E que é o acirramento de contradições deflagrado por tal destravamento que deverá engendrar essa modernização.

Não chega a ser surpreendente que, em meio a essa incapacidade de percepção, o próprio ministro Fachin externe seu temor de que a extinção possa implicar “desfiguração do regime sindical constituído em 1988” e “frustração de toda uma gama de direitos fundamentais sociais, os quais de forma direta ou indireta, nele estão sustentados”.

Não há como ter ilusões. Nessa questão, a batalha contra o atraso promete ser dura e longa.

Interesses contrariados tentam anular a extinção do imposto sindical no STF

Limite no termômetro

O Globo - 29/06/2018

José Paulo Kupfer

A decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) de reduzir para 3,75% o centro da meta de inflação de 2021 não mereceu o devido destaque. A distância no tempo — até lá o novo presidente eleito em outubro já estará na segunda metade de seu governo, se a regra constitucional não for mais uma vez quebrada — pode ter tirado o interesse imediato na medida. A pequena diferença em relação ao centro da meta para o ano anterior, de 4% em 2020, também pode ter contribuído para restringir o debate do tema.

Por mil e um motivos, porém, a decisão do CMN, um colegiado que reúne apenas o ministro da Fazenda, o do Planejamento e o presidente do Banco Central, deveria provocar mais discussões. Não seria, claro, pelo 0,25 ponto a menos na taxa de inflação a ser perseguida pelo BC lá na frente. Mas sim por tudo aquilo que a escolha do núcleo responsável pela política econômica é capaz de expressar a respeito dessa mesma política econômica.

O CMN vem cortando o centro da meta de inflação, que estava estacionado há 14 anos em 4,5%, ao ritmo de 0,25 ponto desde junho de 2017. Na mesma ocasião, o Conselho também decidiu que a fixação da meta, a cada ano, seria estendida não mais apenas ao segundo ano à frente, mas alcançaria também o terceiro ano. No ano passado, já tinha estabelecido as metas até 2020 e agora, em 2018, determinou a meta para 2021. Só não mexeu nas margens, para cima e para baixo, do intervalo de tolerância em que a inflação poderia se acomodar em torno da meta. Estas continuam em 1,5 ponto e, portanto, o BC terá cumprido seu objetivo se, em 2021, a variação da inflação, medida pelo IPCA ficar entre 2,25% e 5,25%.

Para o CMN, as razões que sustentam a decisão de comprimir a meta começam com o desejo de aproximar o alvo brasileiro daqueles mantidos por outras economias emergentes que adotam sistemas de metas de inflação. Remetem também à crença de que o sistema, depois de quase 20 anos de implantação, ganhou maturidade, permitindo avançar na obtenção de taxas de inflação mais baixas de modo sustentável.

A percepção de que a economia pode conviver com taxas de inflação mais baixas, ainda segundo a equipe econômica, se apoia tanto nas projeções do Boletim Focus, coletadas pelo BC junto a economistas de mercado, que apontam medianas de inflação, nos próximos anos, condizentes com as metas, quanto na constatação dos efeitos positivos do “redirecionamento da política econômica e monetária, que permitiram ancorar as expectativas de inflação.”

Nenhuma dessas justificativas, no entanto, é de aceitação pacífica, exceto o desejo de operar com metas de inflação parecidas com a de outras economias emergentes, em geral muito menores e menos complexas. Em seus quase 20 anos, o regime de metas brasileiro só logrou que a inflação se contivesse na

altura do centro ou abaixo dele em três anos (2006, 2009 e 2017), devendo adicionar um quarto ano agora em 2018.

Além disso, as projeções do Focus, observadas em retrospectiva, não são assim nenhuma Brastemp. Um caso interessante, em que também predominavam incertezas políticas, com a possível eleição de Lula para presidente, foi o de 2002. Naquele ano, o Focus começou prevendo inflação de 4,7%, mas a alta de preços, no final, bateu em muito distantes 12,5%.

Atribuir o presente ciclo de inflação baixa exclusivamente à política econômica e monetária do atual governo é no mínimo um exagero. Não só porque o IPCA começou a refluir já em fevereiro de 2016, ainda no governo Dilma, como, principalmente, não se pode desprezar a contribuição de uma recessão longa, acentuada e resistente, com taxas recordes de desemprego, à moderação da alta de preços. Considerar, nesse contexto, que a baixa da inflação no Brasil ganhou contornos definitivamente estruturais é, no mínimo, uma tese em busca de comprovação.

Em ambiente de desequilíbrio fiscal agudo e crescentes sinais de adversidade na economia global — basta ver a luta do BC, no momento, para evitar escaladas nas cotações do dólar —, a defesa de metas de inflação cada vez menores não é unanimidade. Nem mesmo entre economistas de perfil ortodoxo.

É, de fato, preciso algum esforço para entender a decisão, até porque, no ambiente de tensões e pressões em que a economia deve se debater nos próximos anos, sua viabilidade é mais do que discutível. Se a inflação é apenas um termômetro dos desequilíbrios econômicos, reduzir a meta, nessas circunstâncias, pode equivaler a ajustá-lo para que simplesmente não passe de um dado limite na escala de mercúrio.

A intenção do governo, obviamente, não é tão simplória. Como no caso do teto de gastos, a redução da meta de inflação tem a pretensão de forçar um ajuste fiscal mais rápido e rigoroso, fechando o cerco sobre os gastos públicos, porque sem isso, tende a fracassar. Mas, como o teto, a medida só será factível se o presidente eleitos em outubro topar — e conseguir — dobrar essa aposta. Sem isso, a política de juros, com altas mais acentuadas nas taxas básicas, terá de ser acionada.

O acelerador da área tributária

DCI - 29/06/2018

Rogério Borili

O uso de Inteligência Artificial (IA) pode revolucionar a área tributária nas empresas. Com as melhores combinações de algoritmos e ferramentas, a nova tecnologia veio para colaborar de vez com a redução de custos nas empresas e, principalmente, para acelerar as análises da grande massa de informações

geradas pela área. Assim, garante o uso mais estratégico das informações, com grande poder de processamento e de compliance.

A IA entra na área tributária realmente com a função de acelerador. Essa tecnologia permite interação mais rápida e segura entre o volume de informações, já que os SPEDs geraram uma massa de dados grande que vem de pontos diferentes, mas que se convergem e, por isso, necessitam ser concentrados e analisados para que possam gerar as melhores abordagens.

Ao contrário do que se pode imaginar, definitivamente, essa tecnologia não decreta o fim do profissional da área tributária. É uma aliada vital para fortalecer a profissão, extraíndo e valorizando o conhecimento do ser humano e transferindo para a tecnologia apenas a função operacional. Com isso, o status desse profissional tornar-se mais estratégico e valorizado.

A IA não é mais uma novidade. Os algoritmos de IA existem há tempos. O que temos agora é poder computacional para lidar com isso. Chegamos no momento em que o ambiente está mais favorável para a implantação da tecnologia: volumes de dados, dados disponíveis e máquinas capazes de lidar com toda essa massa.

Há 10 anos, quando o governo implantou o SPED, iniciou ação para padronizar as informações que recebe das empresas. Foi preciso automatizar os controles internos das empresas, com dados mais estruturados e padronizados, o que facilitou a aplicação dos algoritmos de IA.

Apesar dos inquestionáveis benefícios, esse arsenal de ferramentas é recente nos processos da área. O desafio é aplicar essa tecnologia nos dados para extrair as estratégias e, a partir delas, fazer uma leitura muito mais pragmática. A IA vai produzir análises mais isentas e seguras.

O uso da IA aponta duas vertentes: acelerar a extração de informações úteis para a tomada de decisão e, também para identificar problemas no dia-a-dia de forma certa, com rotinas que realizam validações entre as obrigações e entre as operações da empresa, dos seus fornecedores e clientes. Assim será possível identificar falta de compliance e evitar que erros se propaguem.

Para exemplificar a contribuição do IA à área tributária podemos utilizar o caso do Ex-Tarifário. Complexo de interpretar, o mecanismo permite a redução de tributos na importação de bens, desde que não haja um similar feito localmente.

O processo de identificação do item para pleitear o benefício exige detalhamento técnico, garantido que não haja similar nacional. Aí entra a IA. Imagine uma machine learning capaz de monitorar e aprender sobre as bases do governo para buscar um Ex-Tarifário já existente e que se encaixe para seu produto ou ainda apontar Ex-Tarifários semelhantes que podem se encaixar no seu pleito com algumas alterações na descrição atual do pedido.

Uma tarefa humanamente impossível de concluir no mesmo tempo, qualidade e segurança. O ideal é estar pronto para o novo aliado da área tributária, que vai tornar esse mercado ainda mais estratégico e a sua mão-de-obra imprescindível.

Segunda onda na certificação digital

DCI - 29/06/2018

Plano de voo/Liliana Lavoratti

O mercado da certificação digital, que em uma primeira onda ficou atrelado ao cumprimento de obrigações com o governo, se prepara para uma nova fase. E de muita expansão. “Vivemos num mundo movido pela novidade das tecnologias e o certificado digital é a identidade digital de pessoas jurídicas e, também, cada vez mais, das pessoas físicas”, afirma Maurício Balassiano, diretor de Certificação Digital da Serasa Experian. “Há muito entendemos que é muito interessante o caminho da assinatura digital e do uso do certificado por parte das empresas, não só para cumprir essas obrigações”, acrescenta o executivo.

Nova cultura empresarial

A partir da utilização da assinatura digital que o certificado digital permite, é possível implantar uma nova cultura empresarial, argumenta Maurício Balassiano. “Desde o controle de acesso na entrada da empresa à manipulação de estoques, relacionamento com fornecedores e clientes, tudo pode ser feito de forma segura e sem o uso de documentos físicos. Planejamento, gestão financeira, contratos. De um complicado plano estratégico ao simples envio de um email, tudo pode passar a ser regulado pela certificação digital, com rastreamento do autor ou autores das ações.”

Convergência do real para o virtual

Ainda de acordo com o diretor da Serasa Experian, a convergência do mundo real com o digital é inevitável. Ele lembra que nos últimos quinze anos, a empresa emitiu 10 milhões de certificados digitais válidos. “Agora, estamos prontos para entrar em um novo patamar, sair das aplicações públicas e entrar em novas fronteiras, ajudando as empresas e as pessoas físicas, e não só os contadores, a dar uma conotação positiva a esta ferramenta”, enfatiza. “A ampliação do uso do smartphone fomenta um choque cotidiano da maneira de fazer as coisas e os negócios.”

Amplio universo de aplicação

Um bom exemplo nesse sentido se deu no Poder Judiciário, observa Balassiano. “No início, há mais de uma década, era preciso explicar muito

como funcionava a certificação. Hoje, é inconcebível que um juiz, promotor ou advogado ignore a forma de atuar no meio virtual. Outro segmento que tem crescido nesse sentido é o voltado aos profissionais da saúde. Com a adoção dos prontuários eletrônicos, que permitem acompanhar todo o histórico do paciente, tratamentos e medicações se adotados de forma mais segura, rápida e prática”, ressalta.

A hora é do eSocial

A partir de julho, o eSocial, será exigido a um rol de milhões de empresas. “Por que não aproveitar o momento e ampliar o uso, implantar uma ferramenta que permite reduzir custos e, o que é melhor, atuar em níveis de segurança altíssimos, que só a certificação digital permite?”, questiona o diretor da Serasa Experian, uma das certificadoras no Brasil. Na primeira fase, a certificação digital tornou os sistemas menos sujeitos às fraudes, facilitou envio de relatórios, o pagamento de tributos, entre outras. Aos poucos, novas funções foram agregadas.

Brasil quer convencer UE a liberar aço semielaborado **Valor Econômico - 29/06/2018**

As siderúrgicas vão usar na negociação com a União Europeia (UE), caso de fato haja restrições à importação de aço brasileiro, a mesma lógica que tentaram fazer valer nas conversas com os Estados Unidos, segundo o Instituto Aço Brasil: o bloco precisa dos semielaborados que são escoados para lá.

Na quarta-feira, o Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor, antecipou o plano da UE de impor salvaguarda nos produtos siderúrgicos provenientes do Brasil e a possibilidade de estabelecer cotas-limite para a compra do aço brasileiro, semelhante ao que ocorreu nos Estados Unidos. Ao menos a salvaguarda poderia ser implantada já no mês que vem.

Segundo Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Aço Brasil, já era mais que esperado que a Europa se protegesse. Em meio a um excesso de capacidade próximo a 550 milhões de toneladas no mundo e com o mercado americano virtualmente fechado pela seção 232, o efeito dominó era previsto.

"Isso nos leva a uma constatação importante, de que o mundo inteiro está se protegendo", declarou. "Enquanto isso, o Ministério da Fazenda e a Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo organizam um seminário para falar da abertura comercial do Brasil."

A UE é o segundo maior parceiro comercial de siderurgia do Brasil, depois dos EUA. No ano passado, foram vendidas 2,78 milhões de toneladas aos países pertencentes ao bloco europeu, ou 18,1% do total exportado pelas empresas brasileiras. Só à Alemanha, foram destinados 1,12 milhão de toneladas.

Ontem, no início do pregão da B3, as ações das fabricantes de aço chegaram a cair na esteira dessa notícia do Valor, mas ao longo do dia se recuperaram. Os

papéis preferenciais classe A da Usiminas, por exemplo, figuraram entre os maiores ganhos do Ibovespa com alta de 3,92%, para R\$ 7,43. Gerdau PN avançou 2,73%, para R\$ 13,93, e os ativos ordinários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) tiveram alta de 0,93%, para R\$ 7,59.

Mais cedo, analistas haviam alertado para o impacto apenas limitado de um potencial fechamento do mercado europeu ao aço brasileiro, pelo menos quando se leva em conta as empresas com capital aberto.

Itaú BBA e XP Investimentos ressaltaram que a Usiminas é a mais afetada, mas que apenas metade dos seus embarques, ou cerca de 8% do total de vendas. Além disso, se semiacabados forem isentos, o efeito seria ainda menor - são quase 50% das exportações à UE. "Dito isso, a medida gera incertezas e pode trazer um barulho para o setor", acrescentou a XP.

PIB dos EUA cresce menos no 1º trimestre **Valor Econômico - 29/06/2018**

A economia dos EUA cresceu menos do que o inicialmente estimado no primeiro trimestre, 2% em termos anualizados, abaixo da projeção anterior, de 2,2%, e da expansão de 2,9% do quarto trimestre, informou ontem o Departamento do Comércio.

O resultado do primeiro trimestre foi atribuído ao consumo mais fraco em quase cinco anos e ao menor crescimento dos estoques. No entanto, os indicadores sinalizam uma forte recuperação no atual trimestre, com base num mercado de trabalho robusto e benefícios da reforma tributária aprovada no fim de 2017.

A Macroeconomic Advisers projetada um crescimento de 5,3% (anualizado) no segundo trimestre, enquanto o modelo GDPNow do Federal Reserve Bank de Atlanta aponta uma expansão de 4,5%. A primeira estimativa oficial do PIB dos EUA do segundo trimestre será divulgada no fim de julho.

Trump será muito mais que uma nota de rodapé no **'arco da história'** **Valor Econômico - 29/06/2018**

Uma avaliação que paralisa a esquerda nos EUA - e os globalistas ocidentais - é a fé no "arco da história". Apesar de tudo o que aconteceu, Barack Obama ainda está amarrado a essa frase. O futuro está de nosso lado, acredita ele - mesmo se o presente estiver fugindo apavorado para o outro lado.

Donald Trump busca se livrar de qualquer vestígio do legado de Obama. Do acordo nuclear com o Irã até os EUA pós-raciais, ele é o incinerador-chefe. É reconfortante saber, portanto, que Trump está destinado às cinzas da história. Ele pode não estar ciente de seu destino, mas as pessoas bem instruídas estão.

Infelizmente, o problema do longo prazo é que ele pode levar um longo tempo para chegar. Há muito que pode acontecer nesse ínterim. Mesmo se Trump for derrotado em 2020, pode levar anos para que a confiança nos EUA seja recuperada. O mundo não está parado enquanto espera a volta dos bons anjos aos EUA. Os fatos concretos continuam se modificando. Trump vem fazendo um bom trabalho em reinventar esses fatos, melhor do que muitos de seus detratores admitem. Basta ver a "internacional populista" brotando entre os partidos de extrema direita no Ocidente. Trump é o Karl Marx deles. Eles mostram mais habilidade em criar afinidades entre si do que os social-democratas ocidentais em retirada.

Trump pode estar no lado errado da história. Ainda assim, ele a está reescrevendo. Com a aposentadoria do juiz Anthony Kennedy, ele pode fazer a Suprema Corte se inclinar de forma decisiva para a direita e transformar a política social dos EUA por uma geração.

Os EUA estão bem mais polarizados do que quando ele chegou ao governo. O país caminha para se tornar uma nação de maioria-minoria - quando os brancos passarem a ser menos de metade da população - dentro de 25 anos. Na teoria, essa demografia deveria ajudar os democratas com o passar do tempo. Mas tempo é uma commodity preciosa. Hoje, 43% dos eleitores dos EUA são brancos sem diploma universitário. Se estiverem motivados, os republicanos podem manter o controle do Congresso nas eleições de novembro. Na semana passada, o índice de aprovação de Trump chegou a 45% - o maior em mais de um ano.

A chance de reeleição dos presidentes dos EUA é de 60%, pelos números vigentes. Trump pode ser visto como um ponto fora da curva. Isso depende do que como você olhar para o passado. Cerca da metade dos hispânicos nos EUA se define como branca quando pode optar, segundo as pesquisas. Ex-minorias, como os irlandeses e os italianos, também foram democratas. Os republicanos os demonizavam como não americanos. Hoje, os americanos irlandeses e italianos estão entre os apoiadores mais leais de Trump. A "política de identidade" diz que os brancos deveriam ser responsabilizados coletivamente pelo legado da escravidão. Isso cobre também os descendentes que chegaram aos EUA depois de sua abolição? Não importa qual a sua resposta moral a essa questão, tal política é autodestrutiva. A culpa não ganha votos.

O mesmo se aplica à globalização. O arco da história inclina-se a favor de Davos. No século XXI, as elites mundiais deveriam descobrir as soluções tecnocráticas. O nacionalismo de "empobrecer o vizinho" seria uma relíquia do passado. Mas, novamente, o passado nos diz em que optamos por acreditar. Da outra vez em que a globalização esteve em seu auge, ela morreu nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial. Os liberais eduardianos de então estavam tão serenos em sua confiança sobre o futuro quanto estão hoje os seus herdeiros do século XXI. Se tivessem sido menos complacentes, talvez a guerra não tivesse acontecido. Os democratas americanos - e seus equivalentes no mundo ocidental - ainda não aceitaram que algo primordial

mudou. Tivessem acordado para isso, poderiam ter adaptado a sua visão de mundo. Isso é difícil de fazer quando você sabe como a história termina.

A fé na história cria duas desvantagens. A primeira é tornar as pessoas passivas. Um dos contrastes mais gritantes entre as políticas externas de Obama e de Trump é o nível de energia. Obama fazia ótimos discursos e seguia em frente. Eles pintavam o mundo como este deveria ser em termos racionais. Trump não fez um só discurso reflexivo em toda sua vida. Mas não para de golpear. Como disse George Bernard Shaw, pessoas razoáveis se adaptam ao mundo como ele é. Mudanças, portanto, são o produto de pessoas pouco razoáveis. Os europeus que torcem por uma nova política externa democrata, terão de esperar. No momento, ela se resume a isto: "Vamos reiniciar o relógio quando esta loucura tiver passado."

A segunda desvantagem é política. Na visão de mundo de Obama, Trump lidera um bando de párias. Em casa, eles são deploráveis. No exterior, os EUA de Trump estão se tornando excluídos. A nostalgia de Trump é autoritária. Ele quer voltar o relógio aos anos 50. Isso é, parece autoevidente, maluquice. Então, para que se importar em repensar isso? Se um rumo de ação está destinado a falhar, tudo o que você tem a fazer é sentar e esperar.